


ANA ISABEL SANI
LAURA NUNES
(COORD.)



LIVRO DE RESUMOS DO
I CONGRESSO INTERNACIONAL
**CRIME,
JUSTIÇA É
SOCIEDADE**

**ANA ISABEL SANI
LAURA NUNES
(COORD.)**

LIVRO DE RESUMOS DO

I CONGRESSO INTERNACIONAL

**CRIME,
JUSTIÇA E
SOCIEDADE**

**EDIÇÕES CRIAP
2012**

Índice

A IMPORTÂNCIA DAS PERÍCIAS NA CONTRAPROVA	5
A PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE NO ÂMBITO DE PROCESSOS DE REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS: REPRESENTAÇÕES DE MAGISTRADOS	6
A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE ATRAVÉS DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA	7
A PREVENÇÃO DO CRIME POR VIA DO PLANEAMENTO ARQUITETÓNICO	8
A PROVA. IMPORTÂNCIA DA RECOLHA DE VESTÍGIOS	9
ALIENAÇÃO PARENTAL EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA NOVA REALIDADE	10
ANÁLISE À INTERVENÇÃO TÉCNICA EM CASA DE ABRIGO COM CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	11
ANÁLISE DOS AUTOS DE NOTÍCIA E/OU DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (9ª / 7ª ESQUADRA DA PSP, PORTO, 2010).....	12
ANSIEDADE, STRESS E DEPRESSÃO EM GUARDAS PRISIONAIS	13
AS REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS ACERCA DAS FIGURAS PARENTAIS NUM CENÁRIO DE VIOLÊNCIA INTERPARENTAL	14
CAMBIO DE PERSPECTIVA: DE MUJER VÍCTIMA A MUJER SUPERVIVIENTE DE VIOLENCIA DE GÉNERO	15
CASA DE ABRIGO “RECOMEÇAR” - UMA EXPERIENCIA DE ACOLHIMENTO	16
COMPETÊNCIAS EMOCIONAIS EM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	17
COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA: INFLUÊNCIA SOCIAL	18
CONSEQUÊNCIAS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL NO SEU PERCURSO DESENVOLVIMENTAL E NA ADAPTAÇÃO AO MEIO SOCIAL DAS CRIANÇAS: PLANO DE INVESTIGAÇÃO	19
CONSUMOS DE DROGAS ILÍCITAS: DE QUE MODO PODEM SER ‘NÃO PROBLEMÁTICOS’?.....	20
CONTEXTO FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DE CONDUTA CRIMINAL	21
CONTRIBUTOS DE UMA ESCALA DE AUTO-REGULAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NA TOXICODEPENDÊNCIA	22
CRIANÇAS ABUSADAS E NEGLIGENCIADAS: A SUA IMPORTÂNCIA MÉDICO-LEGAL	23
CRIANÇAS EM RISCO POR EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL	24
CRIME E SEGURANÇA – UM ESTUDO DAS PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO E DOS AGENTES DE SEGURANÇA	25
CRIMES SEXUAIS: IMPACTO EM MULHERES ADULTAS.....	26
CRIMINALIDADE EM COMUNIDADES URBANAS – ACESSO AOS REGISTOS DISCURSIVOS DA POPULAÇÃO	27
(DES)CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE EXPERIÊNCIAS DE ABUSO SEXUAL: UM ESTUDO COM CRIANÇAS E JOVENS	28
DIAGNÓSTICO DE COMUNIDADES URBANAS PROBLEMÁTICAS	29
EFICACIA DE LA VIDEOVIGILANCIA EN LA PREVENCIÓN DEL DELITO	30
EXERCÍCIO CONJUNTO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REPRESENTAÇÕES DOS DECISORES JUDICIAIS	31
FILHOS DA TOXICODEPENDÊNCIA: FAMÍLIA, RISCO E VITIMAÇÃO.....	32
GABINETE DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÃO À VÍTIMA NO DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL DO PORTO: UM PROJETO EM CRESCIMENTO	33
GÉNERO E VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE: SIMETRIA OU ASSIMETRIA?.....	34
GERONTOLOGIA E CRIMINOLOGIA: INDICADORES DE MAUS TRATOS	35
HOMENS VÍTIMAS DE VIOLAÇÃO	36
HOMICÍDIO CONJUGAL NO FEMININO	37
IMPORTANCIA DEL CONTROL FAMILIAR COMO FACTOR DE PREVENCIÓN DE LA DELINCUENCIA JUVENIL: DIFICULTADES EXISTENTES EN EL MODELO DE SOCIEDAD ACTUAL.....	38
IMPORTANCIA DEL USO RESPONSABLE DE LAS TIC POR LOS MENORES: PELIGROS POTENCIALES Y PAUTAS DE ACTUACIÓN	39
IN/SEGURANÇA NUMA COMUNIDADE URBANA PROBLEMÁTICA – UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	40
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS E DA PERCEÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL, NUMA COMUNIDADE CIGANA	41

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (COM E SEM CORPO)	42
LA LUCHA DEL LEGISLADOR ESPAÑOL CONTRA LA VICTIMIZACIÓN SECUNDARIA DE MENORES VÍCTIMAS DE DELITOS	43
LA PROTECCIÓN PREVISTA EN ESPAÑA PARA LOS CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA Y DE GÉNERO	44
LA TECNICA DEL CRIMINAL PROFILING: APLICACIÓN A LOS DELITOS DE ROBO COM FUERZA EN LAS COSAS Y COM VIOLENCIA O INTIMIDACIÓN EN ESPAÑA	45
LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN Y LA CREACIÓN DE ESTEREOTIPOS SOBRE LA JUVENTUD.....	46
MAUS-TRATOS PRATICADOS CONTRA IDOSOS	47
MEDIDAS EM MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE: PERSPECTIVA JURÍDICO-SOCIAL.....	48
NEUROLOGIA DO COMPORTAMENTO CRIMINOSO – REVISÃO DA LITERATURA.....	49
O CONTEXTO FAMILIAR NA INTERGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA	50
O DELINQUENTE CONSUMIDOR DE DROGAS, COMO OFENSOR E COMO VÍTIMA	51
O IMPACTO SOCIAL DAS NOTÍCIAS SOBRE AS SAÍDAS DA PRISÃO: A PERCEÇÃO DOS TÉCNICOS DE UM ESTABELECIMENTO PRISIONAL.....	52
O PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF): QUE PASSADO E QUE FUTURO?.....	53
O TESTEMUNHO DAS CRIANÇAS: DO IMPACTO DAS FALSAS MEMÓRIAS.....	54
OCORRÊNCIA DE VITIMAÇÃO NUMA COMUNIDADE URBANA PROBLEMÁTICA	55
OFENSAS SEXUAIS NO FEMININO: DA RELAÇÃO ENTRE VITIMAÇÃO E CRIME.....	56
OFENSOR: POSIÇÃO E DIREITOS.....	57
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E CRIMINALIDADE – MUTUALIDADE DE INFLUÊNCIAS.....	58
PERCEÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA E VITIMAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO PORTO	59
PERCEÇÕES, PADRÕES E CONTEXTOS: SENTIMENTOS DE (IN)SEGURANÇA NO METRO DO PORTO	60
PERFIL PSICOSOCIAL DE MENORES INFRACTORES CONSUMIDORES DE DROGAS.....	61
PERSONALIDADE E VINCULAÇÃO EM DELINQUENTES CONSUMIDORES DE DROGAS	62
PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: A PERCEÇÃO DOS TÉCNICOS DE UM ESTABELECIMENTO PRISIONAL.....	63
PSICOPATIA: DA DEFINIÇÃO À AVALIAÇÃO	64
RELAÇÕES CONJUGAIS NUMA COMUNIDADE CIGANA: A PERCEÇÃO DE VIOLÊNCIA	65
RELATOS DE CRIANÇAS SOBRE AS VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	66
REPRESENTAÇÕES DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	67
REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL NA INTIMIDADE	68
REPRESENTAÇÕES DOS MAGISTRADOS SOBRE PARENTALIDADE E DECISÃO JUDICIÁRIA	69
SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL – PERIGO PARA O MENOR	70
SOLICITAÇÕES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ONLINE – UMA ANÁLISE COMPREENSIVA DOS PERFIS DE VULNERABILIDADE	71
STALKING NO CONTEXTO PROFISSIONAL: PREVALÊNCIA EM PSICÓLOGOS CLÍNICOS E FORENSES	72
STALKING OU ASSÉDIO PERSISTENTE.....	73
TRÁFICO DE DROGAS – CRIMINALIDADE E VITIMAÇÃO NUMA COMUNIDADE URBANA	74
TRAJECTÓRIAS DE CRIANÇAS PAUTADAS PELA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL	75
TRATAMENTO DE AGRESSORES DOMÉSTICOS: RESULTADOS PRELIMINARES DA APLICAÇÃO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO COM AGRESSORES CONJUGAIS.....	76
VIDAS EM RISCO: CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA.....	77
VIOLÊNCIA NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO DE CASO	78
VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS JUVENIS	79
VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ÍNTIMO EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS: PREVALÊNCIA E DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS.....	80
VIOLÊNCIA, (NA) FAMÍLIA E DESAJUSTAMENTO SOCIAL: ESTUDO DE CASO	81
VITIMAÇÃO EM <i>CAMPI</i> UNIVERSITÁRIOS: PERFIS	82

A IMPORTÂNCIA DAS PERÍCIAS NA CONTRAPROVA

Tavares, J* (jacinto-4424p@adv.oa.pt) &
Cunha EM** (monica.cunha@campus.ul.pt)

* CESPU, Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário;

**ICBAS, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Introdução: Cada vez mais torna-se imperioso a possibilidade de em termos de responsabilidade profissional, designadamente médica, evoluir-se da atitude de resignação do lesado perante um dano praticado pelos profissionais liberais, no exercício da sua profissão, para a consciencialização dos direitos e deveres; ou seja, em termos genéricos a utilidade da contraprova. Este fenómeno, entre outros, explica o aumento do número de demandas judiciais. Os casos de responsabilidade médica podem ser do foro penal, civil ou administrativo. Estas formas não se excluem obrigatoriamente, podendo coexistir no mesmo facto. Tais demandas tornam cada vez mais emergente o aparecimento de laboratórios privados que realizem Perícias médico-legais de Contra prova. O ónus da prova de que o agente lesante procedeu com culpa incumbe ao lesado mas, dadas as especiais dificuldades da prova, tem sido feito recurso às chamadas presunções de facto, impondo-se-lhe apenas que prove os factos indiciadores dessa mesma culpa.

Metodologia: O aparecimento de laboratórios privados no panorama médico-legal Português, como a LegisLab, MC&T-Special Skill Forensic Services, e perante a complexidade destes casos, contribui de forma notável para a resolução das chamadas resoluções de facto. E, dadas as dificuldades técnicas nesta matéria, justifica-se o recurso das autoridades judiciárias e judiciais ao contributo de peritos, assim, para emitirem juízos de valor sobre a conduta técnica e científica do agente e determinar o nexo de causalidade entre o ato praticado e o dano sofrido, dado que um tal parecer pressupõe conhecimentos especializados. Ressalva-se que poderá não ser suficiente o parecer de um perito, havendo que associar pareceres de diversas especialidades, incluindo os de especialistas da área em causa (pois além dos conhecimentos teóricos é necessária a experiência concreta das situações vividas diariamente).

Resultados: Espera-se que neste trabalho, apresentado sob a forma de poster, os autores mostrem de uma forma clara e inequívoca a importância, cada vez crescente, da importância da contraprova e de esta passar a ser realizada por entidades privadas perante a incapacidade das entidades públicas na realização das mesmas em tempo útil, e, principalmente, pela consciencialização também crescente da população em geral do sentimento da não resignação face a diferentes factos que lhe possam ser imputáveis.

Conclusões: A inovação na organização de perícias forenses com elevado rigor científico o estabelecimento de possíveis protocolos institucionais público-privados, recorrendo a equipamentos acreditados e com uma política de qualidade e segurança de forma a garantir e assegurar a fiabilidade, idoneidade e imparcialidade dos resultados e serviços prestados, por parte de laboratórios privados, será uma necessária realidade no panorama médico-legal português para que Crime, Justiça e Sociedade sejam e estejam de forma harmoniosa e útil direcionados para servir todos e cada cidadão.

Palavras-chave: Perícias, Contraprova, Justiça, Privado.

A PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE NO ÂMBITO DE PROCESSOS DE REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS: REPRESENTAÇÕES DE MAGISTRADOS

Maria Luís Machado (5192@ufp.edu.pt),
Daniela Caprichoso (danielac@ufp.edu.pt)
& Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Perspetiva Jus-familiar em situações de perigo

Resumo

A avaliação psicológica forense no contexto do divórcio e da regulação do exercício das responsabilidades parentais é, na maior parte dos casos, uma tarefa extremamente complexa e exigente para os profissionais envolvidos na tomada de decisão. Este estudo teve como objectivo compreender o que é esperado da perícia psicológica forense por parte dos decisores judiciais.

A amostra de conveniência inclui a participação de seis magistrados (4 Juízes e 2 Procuradores do Ministério Público) com experiência prévia no exercício de funções em Tribunais de Família e Menores no âmbito de processos de regulação das responsabilidades parentais em processos de divórcio. Para a recolha de dados foi elaborado um questionário sócio-demográfico e um guião de entrevista semi-estruturado, tendo as entrevistas sido gravadas em suporte áudio para posterior análise categorial a partir de uma grelha de análise.

Os resultados evidenciam a importância dada pelos magistrados ao trabalho pericial forense, concretamente no que se refere à avaliação psicológica dos filhos e progenitores e das dinâmicas familiares, quando estão em causa questões que se prendem com a residência das crianças e com o regime de visitas.

De acordo com os participantes a credibilidade da perícia assenta nas fontes consultadas, em quem a realiza e por serem conclusivas. De entre os aspetos mais valorizados estão a fundamentação, o conterem elementos que permitam obter uma resposta adequada para uma situação concreta, bem como a inclusão de recomendações. De salientar ainda a dificuldade expressa pelos magistrados na obtenção de avaliações psicológicas forenses no âmbito da regulação das responsabilidades parentais nos processos de divórcio.

Palavras-chave: perícia psicológica forense; decisão judiciária; responsabilidades parentais.

A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE ATRAVÉS DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA

Glória Jólluskin (gloria@ufp.edu.pt),
Rute Meneses (rmeneses@ufp.edu.pt),
Isabel Silva (isabels@ufp.edu.pt),
Teresa Toldy (toldy@ufp.edu.pt),
Carla Fonte (cfonte@ufp.edu.pt) &
Ana Costa (acosta@ufp.edu.pt)

Resumo

Durante o ano letivo 2010-1011, foi promovido na Universidade Fernando Pessoa (UFP) o projeto de extensão comunitária “Aprender a Crescer em Paranhos”. Com este projeto, um grupo de docentes da UFP pretendeu integrar os alunos do 1º e 2º Ciclos de Estudos em Psicologia, Psicologia Jurídica e Serviço Social no desenvolvimento de intervenções na comunidade, destinadas a prevenir a delinquência, entre outros objetivos.

Neste contexto, foi planificada uma sessão de sensibilização aberta à comunidade, destinada especialmente a pais e professores das escolas da Freguesia de Paranhos, com o objetivo de envolver a pais e professores como agentes promotores de comportamentos sociais nas crianças e jovens, e evitar assim percursos antissociais. Igualmente, foi desenvolvida em contexto escolar uma programa de prevenção que teve como principais objetivos: (1) a prevenção da violência; (2) a educação para a cidadania; (3) a educação para os afetos; e (4) a prevenção de consumos nocivos. Os principais objetivos do programa eram contribuir para a promoção de uma atitude mais tolerante e positiva face à diferença, assim como para preparar cidadãos mais conscientes e ativos quando confrontados com situações de discriminação, desenvolver nas crianças competências de resolução de conflitos, promover estilo de comunicação assertivo, prevenir comportamentos violentos na interação social e promover o respeito em relação aos outros ou prevenir o consumo de drogas.

Os resultados encontrados mostram a importância da prevenção no desenvolvimento individual das crianças com importantes implicações a nível social. Dado o sucesso desta experiência, e dado o interesse demonstrado por parte da comunidade neste tipo de iniciativas, no ano 2010-2012 procederemos à implementação de outros programas seguindo a mesma linha de trabalho. No presente trabalho procederemos à descrição destas experiências, assim como o contributo das mesmas e resultados esperados para a promoção de estilos de vida saudáveis.

Palavras-chave: prevenção dos comportamentos antissociais, escola de pais, intervenção comunitária, universidades promotoras de saúde.

A PREVENÇÃO DO CRIME POR VIA DO PLANEAMENTO ARQUITETÓNICO

Hélder Fernandes (6189@ufp.edu.pt),
Cristiano Nogueira (20598@ufp.edu.pt) &
Laura Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)
Universidade Fernando Pessoa

Painel: Percursos Criminais

Resumo

O crime parece estar a transformar-se num fenómeno social altamente desestruturante, na medida em que se tem instalado em determinadas comunidades das cidades. O espaço urbano foi fragmentado em inúmeros territórios com características próprias e, não raras vezes, excludentes de alguns, favorecendo o enfraquecimento dos laços sociais, a redução da participação comunitária e, conseqüentemente, a instalação da criminalidade. Neste trabalho pretendemos analisar a forma como o ambiente e os espaços podem afetar o comportamento das pessoas e, acrescente-se, favorecer a adoção de condutas delituosas. Através de uma revisão bibliográfica, passa-se à apresentação de uma perspetiva que visa gerar condições que previnam a criminalidade. Assim, apresentar-se-á um modelo desenvolvido por Jeffery e intitulado Crime Prevention Thorough Environment Design (CPTED).

A apresentação do modelo permitir-nos-á retirar algumas inferências a respeito da arquitetura praticada em algumas das nossas cidades, num esforço de sinalização do que poderia ser mudado, de forma a melhorar as condições de segurança em que vivem as pessoas.

Palavras-Chave: Criminalidade; Meio ambiente; Espaço físico; Prevenção.

A PROVA. IMPORTÂNCIA DA RECOLHA DE VESTÍGIOS

Santos JP (joniserdoura@hotmail.com) &
Cunha EM (monica.cunha@campus.ul.pt)

ICBAS, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Introdução: Os meios de comunicação, essencialmente algumas séries televisivas, empurraram o “mundo forense” para as luzes da ribalta promovendo interesse nas ciências médico-legais, quer por motivos meramente lúdicos, quer por motivos profissionais ou académicos. Uma das variadíssimas vertentes possíveis de ser explorada, é sem dúvida a da recolha de Vestígios, (biológicos ou não), conducentes à Prova. Dentro deste subcapítulo uma das atuais áreas de estudo e investigação é a da recolha de vestígios no pré-hospitalar. Assim, pretende-se que este trabalho contribua para a melhoria dos cuidados prestados pelos TAEs, (Técnicos de Ambulância de Emergência), no sentido de cooperar, com as suas ações, na investigação cível e criminal.

Metodologia: Para a apresentação deste trabalho foram realizados diferentes inquéritos aos distintos profissionais implicados, para que numa primeira linha de investigação registar as necessidades que estes profissionais sentem. Com base nos dados recolhidos está a ser compilado um protocolo de emergência pré-hospitalar para a recolha dos vestígios.

Resultados: É através da coordenação de saberes que, hoje em dia, é possível desenvolver intervenções cada vez mais eficientes, não só no sentido de identificar e condenar o perpetrador destes crimes. Os resultados apresentados neste trabalho são um indicador claro para a necessidade de equipas multidisciplinares e para a existência de protocolos amplamente difundidos para a uniformização e normalização da recolha dos vestígios supra referenciados.

Conclusões: O presente trabalho justifica-se pela sua pertinência e atualidade, pois é crucial colaborar nos avanços do conhecimento dos profissionais acerca das ciências médico-legais com o propósito de os sensibilizar para a importância da temática deste estudo. A importância do pré-hospitalar não é já uma utopia, muito menos uma tentativa de criar uma nova moda, é já uma vertente muito importante de qualquer sistema de saúde, e um colaborador relevante do sistema judicial, mas que está ainda pouco divulgada no nosso país, tal como o que se refere aos profissionais da 1ª linha de intervenção de emergência, para que na Sociedade, a todos os Crimes seja aplicada Justiça, sem exceção...

ALIENAÇÃO PARENTAL EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA NOVA REALIDADE

Sandra Inês Feitor¹ (sandines@hotmail.com)

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Introdução: O conceito de alienação parental provém de Richard Gardner (1985): abuso emocional através de campanha de denegrição e transformação da consciência dos filhos destruindo os vínculos afetivos, e para que estes rejeitem o convívio com o outro progenitor, em contexto de divórcios ou disputas pelo exercício das responsabilidades parentais.

Pode efetivar-se através de calúnia, falsidade de abusos sexuais e subtração de menores: impedimento ou obstáculos reiterados ao convívio dos filhos com o progenitor rejeitado.

Método: Acompanhamento de vítimas de crime, maioritariamente de violência doméstica e auxílio na resolução dos litígios inerentes.

Resultados: APAV² registou, em atendimentos entre 2000 e 2010, 54 casos de crianças vítimas de crime de subtração de menores em contexto de violência doméstica³. Recebeu, em 2010, 13.866 casos de violência doméstica e, neste contexto, 25 casos de subtração de menor⁴. O Ministério da Justiça aponta, em 2010, para 3.648 casos de violência doméstica em fase de julgamento⁵.

A Dra. Madalena Zenha⁶, no Seminário sobre alienação parental: contributos do direito da psicologia, de 25.11.2011, concluiu pelo aumento dos casos em contexto de violência doméstica.

Conclusão: A alienação parental coloca em grave perigo o superior interesse dos menores e bem-estar psicoemocional numa fase de formação da personalidade, dado que nenhuma criança tem ou deve escolher entre o amor de qualquer dos pais. Quem se separa são os pais e os filhos sê-lo-ão para sempre. A violência doméstica tem sido o ambiente, muitas vezes, deste tipo de conduta injustificada, contrário à parentalidade positiva, como forma de pressionar a vítima a manter ou reatar a relação de clausura conjugal.

Palavras-chave: separação conjugal, responsabilidades parentais, síndrome de alienação parental, violência doméstica.

¹ Licenciada em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade Lusíada de Lisboa, com Dissertação intitulada: “*A Síndrome de Alienação Parental e o seu Tratamento à Luz do Direito de Menores*”, publicada pela Associação Para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos e, atualmente doutoranda em Direito pela Universidade Nova de Lisboa.

² Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

³ Estatísticas APAV: crianças e jovens vítimas de crime – 2000-2010.

⁴ Súmula Estatísticas da APAV 2010.

⁵ Números de Justiça: 2010, in Direcção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça.

⁶ Advogada, vogal do Conselho Distrital de Lisboa.

ANÁLISE À INTERVENÇÃO TÉCNICA EM CASA DE ABRIGO COM CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ana Correia (18169@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças Vítimas de violência

Resumo

Dados de estudos internacionais revelam que metade das mulheres vítimas de violência doméstica que estão em alojamento de emergência traz os filhos com elas (Cunningham & Baker, 2004), estimando-se que, mais de metade dos residentes em casa de abrigo sejam crianças (Hogan & O'Reilly, 2007). Em Portugal são conhecidas experiências pontuais de intervenção terapêutica, alguns de cariz grupal (cf. Grangeia, Sani, Matos & Proença, 2011), tendo como objetivo o ajustamento das crianças, no entanto sabe-se muito pouco acerca do trabalho desenvolvido no âmbito destas estruturas de apoio.

Este poster visa apresentar dados preliminares de um estudo qualitativo que pretende conhecer junto de técnicos que realizem funções em Casas de Abrigo existentes em território nacional quais as práticas interventivas junto das crianças filhas das mulheres vítimas de violência doméstica. Trata-se de uma amostra intencional que pretende abarcar técnicos de ambos os sexos, idades, formação académica e experiência de trabalho, às quais serão realizada uma entrevista estruturada preenchida em formulário próprio disponibilizada eletronicamente.

Em termos de resultados é esperado recolher-se dados caracterizadores da intervenção preconizada numa amostra representativa de cada de abrigo em Portugal, permitido a definição de modelos e estratégias de atuação tipo, avaliando divergências e convergências entre as diversas estruturas apresentadas no estudo.

Reconhecendo que as práticas interventivas, designadamente de carácter terapêutico não constituem ainda tradição nestas estruturas de acolhimento, sustentados por este e outros estudos empíricos sobre o impacto e de avaliação de intervenções realizadas com crianças expostas à violência interparesntal, pretender-se-á refletir e apresentar uma proposta de modelo interventivo nesta temática.

Palavras-chave: Casas de Abrigo; Violência Doméstica; Intervenção; Crianças

**ANÁLISE DOS AUTOS DE NOTÍCIA E/OU
DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
(9ª / 7ª ESQUADRA DA PSP, PORTO, 2010)**

Cristiana Carvalho (16481@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Violência estrutural e as vítimas de crime

Resumo

A violência doméstica é um crime público, o que pressupõe a continuidade do processo independentemente da vontade da vítima. É igualmente um problema complexo sendo importante compreender a dimensão do fenómeno da violência doméstica. A polícia surge na linha da frente na resposta social a este flagelo, tendo um número considerável de agentes policiais recebido formação especializada no âmbito do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP). Este programa estende-se a todo o território nacional e conta atualmente com 250 Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), contabilizando 621 elementos.

O presente poster tem como objetivo principal a análise e interpretação dos dados recolhidos através dos 167 autos de notícia e ou/denúncia das situações de violência doméstica, na 9ª (7ª) esquadra do Porto, relativas ao ano de 2010.

Os dados revelam que em termos temporais o maior número de ocorrências deu-se no mês de maio (n= 20), sendo o sábado o dia da semana com mais participações (n=36). Em termos sociodemográficos observa-se que a grande maioria das vítimas de violência doméstica são do sexo feminino, com idades entre os 31 e os 35 anos. Os ofensores são maioritariamente do sexo masculino, entre os 36 e os 45 anos. Nas habilitações literárias reveladas, ambos os grupos apresentam o 1º ciclo de ensino (26.9 % nos ofensores e 23.4% nas vítimas). Em relação ao tipo de violência, a violência psicológica é a mais frequente (n=130), seguida pela violência física (n=110). Quanto à presença de menores no contexto da agressão, esta referência surge em 49 dos 167 autos analisados (29,3%).

A análise dos autos policiais revela-se de particular interesse para o estudo da violência doméstica participada e um ponto de partida a considerar aquando da definição de estratégias e políticas de prevenção que combatam este problema social.

Palavras-chave: Violência doméstica, Polícia, Autos de Notícia e Denúncia

ANSIEDADE, STRESS E DEPRESSÃO EM GUARDAS PRISIONAIS

Ana Ribeiro (xana_ribeiro_1@hotmail.com)

Este estudo teve como objetivo analisar de forma exploratória a ansiedade, depressão e *stress* nos profissionais do corpo da Guarda prisional, caracterizar a população de guardas prisionais relativamente aos seus níveis de satisfação e realização, bem como verificar se utilizam estratégias de *coping* proativas, tendo sido para isso utilizadas a Escala Satisfação e Realização, a Escala de *Coping* Proativo e a Escala de Ansiedade, Depressão e Stress. Pretende-se ainda fazer um cruzamento das variáveis sociodemográficas com os índices apresentados e com as estratégias de *coping* utilizadas. A amostra é constituída por 35 guardas prisionais, com uma idade média de 40 anos, sendo 88,6% do sexo masculino. A maioria da amostra (74,3%) possui habilitações ao nível do 9º e 12º ano. Os participantes são de diferentes regiões do país mas concentraram-se maioritariamente no norte (48,6%) e centro (40%) sendo os restantes das regiões autónomas. Os questionários foram disponibilizados na internet e divulgados em fóruns e sites direcionados para guardas prisionais.

Foi possível verificar-se que em geral os inquiridos mostram níveis de satisfação e realização pessoal medianos, no entanto, 45,7% consideram que não voltariam a escolher a mesma profissão.

Quanto aos níveis médios de ansiedade, stress e depressão encontrados, os mesmos são considerados baixos (16,89), sendo que os resultados das subescalas não se revelaram significativos.

Verificou-se ainda uma correlação entre as escalas utilizadas, sendo que com o aumento dos níveis de realização e satisfação aumentam também as estratégias de *coping* proativas e diminuem os níveis de ansiedade, stress e depressão.

Por último encontraram-se diferenças significativas entre sexos, no entanto, quanto às outras variáveis demográficas (e.g. habilitações literárias, idade, anos de profissão) tal não se verificou.

Palavras-chave: Ansiedade, stress, estratégias de coping, guardas-prisionais

AS REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS ACERCA DAS FIGURAS PARENTAIS NUM CENÁRIO DE VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Tânia Mendes (taniamendesufp@hotmail.com) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças Vítimas de violência

Resumo

O ambiente familiar, por vezes, coloca as crianças num cenário de antítese entre ódio e amor, colocando-as expostas, quer de forma direta/ indireta, à violência trazendo repercussões no seu desenvolvimento, o seu bem-estar e ajustamento. Os estudos nesta área são uma mais-valia para o conhecimento do fenómeno, por forma a ajudar e perceber o impacto, tendo em vista trabalhar junto desta população as necessidades específicas das vítimas secundárias.

O estudo qualitativo que desenvolvemos teve como objetivo compreender a forma como as crianças representam as figuras parentais, ao assistirem à violência interpARENTAL no seu ambiente familiar. Para tal desenvolveu-se uma entrevista semiestruturada como forma de aceder, através das narrativas, ao mundo interno de nove crianças, com idades compreendidas entre os 8 e 15 anos, que estavam acolhidas juntamente com as mães numa Casa Abrigo na região do Norte do país.

Os dados analisados à luz da vertente teórica da *Grouded Theory* demonstram que as crianças representam a figura paterna num registo de afeto negativo, distanciamento e violência e descrevem a figura materna, maioritariamente com afeto positivo, proximidade, carinho e compreensão, sendo contudo, por vezes, idealizada. O ideal de família é desconstruído dando lugar a uma nova concetualização de lar, a uma redefinição do suporte percebido, à reconstrução de narrativas sobre si, os outros e o mundo, as quais devem ser apreendidas visando a pacificação interior do sujeito e a reestruturação de um sistema familiar em crise.

Palavras-chave: Representações, crianças, figuras parentais, violência.

CAMBIO DE PERSPECTIVA: DE MUJER VÍCTIMA A MUJER SUPERVIVIENTE DE VIOLENCIA DE GÉNERO

Blanca Martín Ríos (blancamartinrios@hotmail.com, blancamr@us.es)
Doctoranda de Derecho Penal.

Profesora del Instituto Andaluz Interuniversitario de Criminología,
Universidad de Sevilla (España).

Panel temático: Panel 1

Resumen

Introducción: Las mujeres víctimas de violencia de género se lamentan de la violencia estructural producida por la sobreprotección de las entidades encargadas de su defensa y de la sociedad en general. Se asume un rol de víctima de maltrato que, lejos de ayudar, produce una victimización secundaria. Se reclama un papel activo y positivo de las mujeres que han sufrido y superado este tipo de violencia.

Métodos: Evitar el papel pasivo y de mera víctima de la mujer. Focalizar la atención en las habilidades de la mujer que le han llevado a superar la situación de violencia, motivando su superación y sirviendo de ejemplo para otras mujeres. Mostrar ejemplos positivos de mujeres. Creación de redes de apoyo mutuo entre mujeres maltratadas y de viviendas de apoyo que facilitan una atención integral.

Resultados: Paso de mujer víctima a mujer superviviente: modelo y apoyo para otras mujeres que no se atreven a denunciar, ejemplo de virtudes interesantes para posibles empresarios y más eficaz reinserción sociolaboral. Cambio del papel pasivo de la mujer por un rol activo y protagonista, convirtiéndola en un agente de cambio social para la igualdad. La Universidad de Sevilla colabora económicamente con la Fundación Ana Bella de ayuda a las mujeres maltratadas, con este ideal de papel protagonista de la mujer.

Conclusiones: Actual asunción del rol de víctima de maltrato, siendo necesario fomentar un papel más activo y positivo de estas mujeres. Propuestas para su erradicación y análisis de las actividades que ya se están realizando.

Palabras clave: violencia de género, víctima, superviviente, ejemplos positivos.

CASA DE ABRIGO “RECOMEÇAR” - UMA EXPERIENCIA DE ACOLHIMENTO

Patrícia Faro (24309@ufp.edu.pt),
Ana Correia (18169@ufp.edu.pt)
& Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Violência estrutural e as vítimas de crime

Resumo

As respostas que em Portugal têm vindo sendo dadas às mulheres vítimas de violência doméstica para minimizar riscos e reduzir danos, incluindo a proteção e segurança, foram tardias comparativamente com outros países. Contudo, assistimos nos últimos anos a um efetivo esforço na promoção e implementação de políticas de intervenção que visam o aumento da ajuda/apoio institucional para as mulheres em situação de violência doméstica: diversas estruturas de atendimento, apoio em situação de emergência e criação de uma rede de casas de abrigo destinadas ao acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores. Estas estruturas constituem-se como resposta de fim de linha cujo objetivo principal é o de proteger e dar segurança aos utilizadores nelas acolhidos e /ou quando o impacto da violência não lhes permite que de forma autónoma encontrem projetos de vida alternativos.

Neste poster é nossa intenção descrever e efetuar uma caracterização dos utilizadores da Casa de Abrigo “Recomeçar”. Para a construção do perfil sociodemográfico da população acolhida nesta resposta social de 2006 a fim de 2011 procedemos a análise documental e utilização de estatísticas tipo descritivas. A amostra é de 134 mulheres e 161 crianças que foram acolhidas na CA no período supracitado e que já cessaram acolhimento. Os dados revelam que 40,3% das mulheres se situa na faixa etária dos 31-40 anos; 28,5% das crianças acolhidas situa-se nos 3-6 anos de idade, sendo igualmente representativa a faixa etária da 7 aos 10 anos. A nacionalidade predominante dos utilizadores é a Portuguesa; a violência é maioritariamente infligida pelo companheiro/namorado/cônjuge, caracterizando-se por maus tratos físicos e psicológicos. De referir, igualmente como significativo cerca de 15%, as situações em que todos os tipos de violência estão presentes.

Esta caracterização importa para avaliar a capacidade e qualidade da resposta social oferecida, mas permite também aferir acerca da intervenção técnica a disponibilizar. Atendendo que todos os planos de intervenção são diferenciados, devem estar acautelados diferentes percursos, fragilidades, potencialidades, recursos e motivações.

Palavras-chave: Casas de Abrigo; Violência Doméstica; Utilizadores.

COMPETÊNCIAS EMOCIONAIS EM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

João Leal (16977@ufp.edu.pt)
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)
& Sónia Caridade (soniac@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Resumo

A literatura sobre os efeitos dos maus tratos conjugais tem vindo a comprovar o impacto desestruturante que este tipo de vitimação tem no funcionamento individual das vítimas, destacando-se a emergência de sentimentos e pensamentos disfuncionais (tais como: medo, vergonha, culpa, impotência, tristeza). É igualmente conhecido que os maus tratos poderão comprometer a forma de atuação das vítimas face a estes, sobretudo a tomada de decisão (e.g., da denúncia dos maus tratos, eventual saída da relação). Com o presente poster pretendemos apresentar uma proposta de investigação, de índole quantitativa, e cujos objetivos gerais envolvem a caracterização dos comportamentos abusivos no âmbito das relações conjugais, procurando-se perceber de que forma estas vivências podem influenciar as competências emocionais das vítimas. Para o efeito, iremos utilizar dois questionários, um que procura caracterizar os comportamentos abusivos ocorridos no âmbito da relação conjugal e um outro que pretende avaliar a competência emocional das vítimas. A amostra será constituída por participantes que tenham sofrido violência por parte do(a) seu companheiro(a) no último ano e que não tenham ainda beneficiado de acompanhamento psicológico prolongado. Neste trabalho escrito para além de explanarmos toda a metodologia selecionada para explorar o objeto do presente estudo, refletiremos ainda sobre os seus potenciais resultados e conclusões do mesmo. É da nossa expectativa que as vítimas que procuram apoio institucional possuam competências moderadamente elevadas pois refletiria a tomada de decisão manifesta. Será importante comparar estes resultados com uma amostra retirada das cifras negras para confirmar esta expectativa. Assim sendo, e tendo em conta que a inteligência emocional é uma característica dinâmica da personalidade, estes resultados poderiam refletir no futuro alguns ajustamentos aos programas de prevenção e intervenção no sentido de promover as competências emocionais junto dos maiores grupos de risco.

Palavras-chave: vitimologia, competência emocional, violência doméstica, violência conjugal.

COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA: INFLUÊNCIA SOCIAL

Joana Vale (joanavale13@gmail.com) ⁽¹⁾
& Madalena Sofia Oliveira (madalena@ufp.edu.pt) ⁽²⁾

⁽¹⁾ Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

⁽²⁾ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Resumo

O presente estudo centra-se na problemática dos comportamentos antissociais apresentados pelos jovens, focando a influência social, bem como os fatores de risco e de proteção associados a este tipo de comportamento.

Ao analisar-se o comportamento antissocial nos jovens e ao ter-se em conta o contexto familiar e social onde estes menores se desenvolvem, vemos que isso pode constituir um fator de risco acentuado ao nível da intensificação e persistência deste tipo de comportamento, podendo isso comprometer o normal desenvolvimento pessoal, académico e social desses adolescentes (Negreiros, 2001).

Utiliza-se um método quantitativo de análise de dados, com recurso à técnica de inquérito, sendo que para tal utilizou-se um Inquérito de Autorrelato sobre Comportamentos Antissociais (Vale, J. & Oliveira, M. S., 2011). Este instrumento é constituído por 27 itens, no qual os participantes referem quais os comportamentos que já evidenciaram no último ano. Avalia-se, assim, o padrão comportamental de forma a quantificar quais os comportamentos antissociais apresentados pela amostra. É garantida a confidencialidade dos inquéritos, sendo impossível identificar os participantes.

Este estudo contou com uma amostra de 112 adolescentes – entre os quais 72 são do sexo masculino e 40 do sexo feminino –, com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, que frequentam a Escola Secundária de Carvalhos, em Vila Nova de Gaia.

Os resultados do estudo vão de encontro à revisão bibliográfica efetuada, na medida em que evidenciam que adolescentes provenientes de ambientes familiares desestruturados e onde as dinâmicas familiares não são as mais desejadas apresentam uma maior probabilidade de se envolverem em condutas antissociais (Nunes, 2010). O mesmo se verifica quanto às relações sociais, visto que se o adolescente estiver inserido num grupo de pares anti-normativo, têm uma maior probabilidade de se envolver em comportamentos antissociais (Martins, 2005).

Palavras-chave: comportamentos antissociais, jovens, influência social.

CONSEQUÊNCIAS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL NO SEU PERCURSO DESENVOLVIMENTAL E NA ADAPTAÇÃO AO MEIO SOCIAL DAS CRIANÇAS: PLANO DE INVESTIGAÇÃO

Eva Chaves (evaxavierchaves@hotmail.com) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças vítimas de violência

Resumo:

A família prepara a criança para a sua vivência em contexto social. Quando o ambiente familiar não é funcional, dificilmente a criança consegue desenvolver capacidades de resolução de conflitos ou uma boa adaptação ao meio (quer a nível de relações entre pares, quer à sua adaptação a instituições como por exemplo a escola).

No presente poster pretende-se explicar a 1ª etapa do plano de investigação desenvolvido para doutoramento o qual versa sobre a exposição da criança à violência interparental. Nesta investigação pretendemos perceber quais as variáveis pessoais, familiares, contextuais-situacionais associadas ao impacto da exposição à violência interparental no ajustamento psicológico e adaptação da criança ao meio social, assim como, detetar sinais de alerta de um impacto negativo mais sério.

Pretendemos fazer convergir uma metodologia quantitativa e qualitativa, numa abordagem que permita explorar e analisar diversas variáveis observadas objetivamente e a partir da perspetiva dos próprios (crianças sinalizadas por exposição à violência doméstica e pais). Para o efeito serão aplicados diversos instrumentos (auto e heterorelato), a uma amostra de conveniência, composta por crianças de ambos os sexos e em idade escolar (“*Entrevista de Avaliação – Intervenção para Situações de Vitimação Infantil de Sani 2002*”) e respetivos progenitores (*Entrevista aos pais de Sani & Chaves, 2011*) e uma escala sobre o comportamento da criança (*CBCL*).

Partindo do contacto mais direto com o fenómeno pretendemos com este projeto aprofundar conhecimento sobre a problemática da violência interparental, o seu impacto no desenvolvimento e adaptação da criança ao meio social. Desta forma podemos contribuir para um reconhecimento mais evidente do fenómeno e suas consequências nas crianças vítimas e operar respostas fundadas na experiência com vista a uma intervenção concertada, responsiva e responsável no suporte a crianças exposta à violência interparental.

Palavras-chave: criança; impacto; violência interparental

CONSUMOS DE DROGAS ILÍCITAS: DE QUE MODO PODEM SER ‘NÃO PROBLEMÁTICOS’?

Olga Cruz (D011379@ismai.pt, olgasouzacruz@gmail.com)

Professora Auxiliar no Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Painel: Painel 4 – “Percurso criminais”

Resumo

Introdução: Atendendo a que há cidadãos ‘convencionais’ que consomem drogas ilegais e cujo ajustamento global não é significativamente prejudicado por esta prática, o nosso objetivo é desenvolver uma teoria, indutivamente, para compreender como é que eles conseguem manter os seus consumos ‘não problemáticos’.

Método: Neste estudo qualitativo começámos por conduzir entrevistas aprofundadas com uma amostra intencional de consumidores: nove ‘não problemáticos’, seis ‘ex-problemáticos’ e seis ‘problemáticos’. A teoria foi construída a partir dos dados do primeiro grupo e foi depois enriquecida e validada através de uma nova consulta com estes participantes e da triangulação das fontes (entrevistas com outros grupos) e metodologias (observação direta do consumo de drogas ilícitas). Acedemos aos sujeitos através de uma estratégia de *snowball* e analisámos os dados com base nos procedimentos da *grounded analysis*.

Resultados: De acordo com os nossos resultados, alguns sujeitos conseguem manter os seus consumos ‘não problemáticos’ graças à sua autorregulação constante, o que implica uma contínua análise de custos-benefícios (que é influenciada pelas características dos sujeitos, pelas suas perceções de risco, pela qualidade das suas experiências de consumo e pelas vivências com outros consumidores). Tal autorregulação requer, também, uma gestão constante dos consumos (por vezes inconsciente), através de várias estratégias relacionadas com o modo como as drogas são usadas. O objetivo central de tais estratégias/cuidados é manter a funcionalidade nas diversas áreas de vida, o que envolve três sub-objetivos: (a) controlar o consumo; (b) preservar a imagem social e evitar o estigma; e (c) obter efeitos positivos e evitar experiências desagradáveis.

Conclusões: Este trabalho revela a necessidade de encarar o consumo de drogas ilegais em toda a sua complexidade e sugere que, para potenciar consumos ‘responsáveis’ e minimizar padrões ‘problemáticos’, importa aprender com as experiências ‘não problemáticas’ e promover estratégias para gerir os prazeres e os riscos, minimizando os danos eventuais.

Palavras-chave: consumos ‘não problemáticos’, estratégias de gestão dos consumos, auto-regulação, redução de danos.

CONTEXTO FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DE CONDUTA CRIMINAL

Cristiano Nogueira (20598@ufp.edu.pt),
Hélder Fernandes (6189@ufp.edu.pt) &
Laura Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Percursos Criminais

Resumo

A explicação do crime não é, não poderá nem deverá ser reduzida a um determinante ou a uma classe de determinantes. A forma de interpretar e analisar o comportamento dos que enveredem pelo delito aparece evidenciada na literatura sob diferentes ângulos, em que a família tem ocupado um lugar privilegiado, já que se constitui na primeira instância de socialização.

Este trabalho propõe-se analisar, comparativa e complementarmente, duas perspetivas que, sendo diferentes, apontam a família como fonte de fatores estreitamente implicados no desenvolvimento de comportamento delituoso. Assim, se por um lado, Ijzendoorn aponta a vinculação como elemento central, ligado à ausência de interiorização moral e à baixa confiança em si próprio e nos restantes, enquanto fatores que poderão contribuir para a adoção de condutas anti-sociais e até mesmo criminosas; por outro lado, já há muito que Hirschi colocava a tónica no laço social, cujo fortalecimento dependia também da qualidade das relações estabelecidas com a família, a par do empenho e do envolvimento em ações socialmente valorizadas, bem como do sistema de crenças em que o sujeito acreditava.

Fala-se, aqui, de uma teoria sociológica que, quando analisada conjuntamente com um modelo socioemocional, apresenta pontos convergentes e também complementares, permitindo-nos ter uma visão integrada sobre o desenvolvimento da delinquência e os fatores familiares que poderão constituir um alerta em prol de medidas preventivas.

Palavras-chave: Criminalidade; Laço social; Família; Vinculação.

CONTRIBUTOS DE UMA ESCALA DE AUTO-REGULAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NA TOXICODPENDÊNCIA

Isabel Silva, Carla Fonte (isabels@ufp.edu.pt) &
Mariana Matos (cfonte@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Introdução: A autorregulação é um processo de orientação de objetivos cuja finalidade é atingir e manter os objetivos pessoais (Karoly, 2005; Maes & Karoly, 2005). A Teoria da Auto – Determinação (T.A.D.) é uma abordagem da motivação humana e da personalidade que enfatiza a importância do desenvolvimento de recursos internos para o desenvolvimento da personalidade e da autorregulação do comportamento (Ryan, et al., 1997; Ryan & Deci, 2000). A entrevista motivacional e suas estratégias que visam a mudança comportamental têm uma afinidade a T.A.D. Esta última fornece à entrevista motivacional um paradigma para a compreensão dos seus processos e eficácia dando importantes contributos para a intervenção da toxicodpendência.

Método: Assim, apresenta-se uma Escala de Autorregulação na Toxicodpendência (Matos, Silva & Fonte, 2008) como um relevante instrumento para a avaliação e intervenção psicológica. São caracterizadas as 4 subescalas que constituem a escala: motivação autónoma, motivação controlada, relacionamento com os profissionais de saúde e competência percebida, indicando os parâmetros que cada uma permite avaliar.

Resultados e Conclusões: Por último apresenta-se, de acordo com os resultados que cada subescala e a escala total permitem avaliar, as áreas a selecionar para a intervenção psicológica na toxicodpendência.

Palavras-chave: Autorregulação; avaliação e intervenção na toxicodpendência.

CRIANÇAS ABUSADAS E NEGLIGENCIADAS: A SUA IMPORTÂNCIA MÉDICO-LEGAL

Susana Braga (susana.braga87@hotmail.com)¹,
Ana F. Vinhas (acvinha@ufp.edu.pt)² &
Maria Inês Guimarães (inesg@ufp.edu.pt)³

¹ Médica Dentista; Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal; Aluna do Curso de Especialização em Ciências Médico-Legais no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.

² Doutorada em Biologia Funcional e Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

³ Médica Dentista; Mestre em Medicina Legal; Doutoranda em Ciências Médicas no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto; Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

Introdução:

A violência contra as crianças, nas suas diversas formas, representa um grave problema de Saúde Pública à escala global. Os dados epidemiológicos, embora estimem que afeta milhões de menores em todo o mundo, não retratam com exatidão a prevalência e dimensão da situação, uma vez que muitos casos permanecem, dolorosamente, no anonimato. O impacto dos maus tratos nesta faixa etária traduz-se não apenas em danos físicos, mas também em danos psicológicos, os quais podem resultar em consequências bastante mais profundas e graves para o crescimento e desenvolvimento das crianças. Maus tratos físicos específicos, como trauma dentário (perda de peças dentárias, deslocamento ou fraturas de dentes), laceração do freio labial, lesões figuradas (marcas de cintos, cordas ou cigarros) ou feridas em diferentes estágios de cicatrização devem merecer a maior atenção por parte dos profissionais de saúde, como os Médicos Dentistas. É importante que estes profissionais saibam reconhecer sinais e sintomas que remetam para as situações de maus-tratos infantis.

Método: Pesquisa de artigos científicos no Pubmed, usando a combinação de palavras “Criminology”[Mesh] AND “forensic dentistry”[MeSH Terms] AND “child abuse”[MeSH Terms] OR (“child”[All Fields] AND “abuse”[All Fields]) OR (“child abuse”[All Fields]) AND “neglect” [All Fields].

Resultados: A violência doméstica contra menores interfere não apenas na sua saúde e segurança, mas também no seu bem-estar psicológico e interação social. De acordo com a literatura, 75% dos abusos físicos ocorrem, especialmente, na cabeça, face, cavidade oral e zonas circundantes devido à maior acessibilidade e exposição destas áreas.

Conclusão

Todos os profissionais de saúde têm o dever moral e ético de reportar situações de violência contra crianças e jovens, de modo a assegurar que os seus Direitos são respeitados e a garantir uma intervenção precoce para reduzir o impacto negativo que poderá ter ao longo das suas vidas.

CRIANÇAS EM RISCO POR EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Daniela Caprichoso (danielac@ufp.edu.pt) &
Ana Isabel Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças vítimas de crime

Resumo

Existem consideráveis evidências empíricas que apontam que muitas crianças expostas à violência interpARENTAL são também alvo direto de algum tipo de abuso no seu seio familiar. A maioria dos estudos situa os valores para a coocorrência entre os maus tratos à criança e outras formas de violência na mesma família entre 30% a 60% (Edleson, 2001).

O presente estudo procurou conhecer e compreender quais as perceções de crianças face ao seu ambiente familiar. A amostra foi constituída por 100 crianças de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos. Cinquenta crianças foram sinalizadas por instituições de apoio à criança devido a situação de risco por exposição à violência interpARENTAL e as restantes cinquenta crianças foram aleatoriamente selecionadas em algumas escolas do norte de Portugal, não estando, à partida, expostas a este tipo de violência. Todas as crianças participaram na presente investigação mediante consentimento informado preenchendo a *Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil* (SANI).

Os resultados sugerem que as crianças são capazes de identificar diversos comportamentos violentos no seu contexto familiar, assim como indicar quem a geralmente a vítima dessa violência doméstica.

De acordo com a literatura a existência de uma tipologia de violência na família é um importante fator de risco para o surgimento de outras formas de violência. Sabe-se ainda que, se além de testemunhar a criança for alvo direto de algum tipo de comportamento agressivo no seu seio familiar as implicações negativas em termos desenvolvimentais tendem a ser maiores. Assim, a sinalização precoce de crianças que experienciem situações de violência do seio familiar revela-se crucial para uma intervenção eficaz.

Palavras-chave: crianças, risco, violência interpARENTAL, violência doméstica.

CRIME E SEGURANÇA – UM ESTUDO DAS PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO E DOS AGENTES DE SEGURANÇA

Pedro Teixeira (16765@ufp.edu.pt) &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Investigação Criminal e a Realização da Justiça

Resumo

A percepção de segurança / insegurança varia, não apenas em função da criminalidade existente numa determinada área, mas também em função das incivildades aí praticadas, bem como pela forma como tais atos são percebidos e como é percecionada a atuação policial, face ao crime e a tais condutas antissociais. Acresce o interesse em perceber essas percepções, tanto da população, como dos próprios agentes de segurança, no sentido de se constatarem convergências e divergências.

Por isso, o estudo que se planeia implementar centra-se, essencialmente, numa análise comparativa entre a percepção de crime, incivildades e atuação policial, do ponto de vista da população geral e da perspetiva dos próprios agentes de Segurança Pública. Após uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, revelou-se pertinente desenvolver uma pesquisa que visa captar pormenorizadamente tais percepções para, após uma análise comparativa, se proceder à elaboração de um esquema de inteligibilidade sobre o fenómeno da criminalidade, para que melhor se possam definir planos integrados e efetivamente realistas de intervenção.

Para tanto, recorrer-se-á a um desenho do tipo exploratório, descritivo e comparativo, baseado no autorrelato, sobre uma amostra constituída por um grupo de pessoas residentes numa área da região de Matosinhos, e por outro grupo constituído por agentes de Segurança Pública dessa mesma zona urbana. Recorrer-se-á a alguns dos dados fornecidos pelo questionário de levantamento de informações para o Diagnóstico Local de Segurança, da autoria de Sani e Nunes (2011). Dos resultados obtidos espera-se reunir informação que possibilite delinear mais adequadamente a atuação policial nessa área, tendo sempre em consideração as percepções e as reais necessidades da população local.

Palavras-chave: Criminalidade; Incivildades; Controlo Social Formal; Forças de Segurança.

CRIMES SEXUAIS: IMPACTO EM MULHERES ADULTAS

Gabriela Martinho e Marlene Matos (gabrielamfmartinho@gmail.com)

Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Painel temático: Painel 1 “Violência Estrutural e as Vítimas de Crime”

Resumo

O crime de violação é um dos mais temidos, sobretudo entre as mulheres, percecionado habitualmente como um crime de extrema violência e com um significativo impacto na vida da vítima. Através de estatística descritiva, analisaram-se 14 processos periciais, decorridos na Unidade de Psicologia da Justiça da Universidade do Minho, entre 2004 e 2010, com o objetivo de caracterizar a vitimação sexual em mulheres adultas. Concluiu-se que, nestes processos, a vitimação sexual foi perpetrada reiteradamente sobretudo junto de mulheres jovens ($M=20.9$) e solteiras (85.7%), que foram alvo de ações de elevada severidade (91.7%), isto é, alvo de uma relação sexual com ou sem recurso a força física ou onde ocorreu tentativa de penetração vaginal, anal ou oral. A vitimação sexual provocou um forte impacto nas suas vidas, tanto ao nível psicológico (ansiedade - 92.3%), como físico (alterações do sono - 81.8%). Paralelamente, as vítimas descreveram um conjunto de dinâmicas traumáticas, como é o caso da presença de medos diversos (85.7%) (e.g., de ser desacreditada). No que respeita estratégias de *coping* por elas desenvolvidas, destacou-se o isolamento (46.2%). Estes resultados fornecem suporte empírico à conceção da vitimação sexual como uma experiência extremamente adversa.

Palavras-chave: Psicologia forense, crimes sexuais, perfil da vítima, impacto psicológico.

CRIMINALIDADE EM COMUNIDADES URBANAS – ACESSO AOS REGISTOS DISCURSIVOS DA POPULAÇÃO

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Droga-Crime: (Des)Construções

Resumo

A análise qualitativa, dando prioridade aos discursos dos sujeitos, tem vindo a assumir um lugar cada vez fulcral no âmbito da investigação de determinados fenómenos, sobretudo no contexto das Ciências Humanas e Sociais. Por isso, a criminalidade particularmente sentida em determinadas comunidades urbanas carece de uma abordagem que, para além dos dados objetivos recolhidos através de instrumentos estruturados, resgate também as perceções e os significados atribuídos pelas populações a esse fenómeno, por via da atenção prestada aos discursos de quem vive tais situações. Foi precisamente com o objetivo de captar esses aspetos subjetivos, que se procedeu à análise dos discursos proferidos por uma amostra de 65 pessoas residentes numa das áreas problemáticas da cidade do Porto. Os inquiridos, através da técnica da entrevista não estruturada e conduzida como se de uma conversa informal se tratasse, revelaram algumas particularidades a respeito das perceções e das significações atribuídas a alguns dos crimes que ocorrem na sua área de residência.

Assim, foi possível perceber que o consumo e o tráfico de drogas são práticas com as quais os residentes estão familiarizados, sendo percebidos como fazendo parte integrante do dia a dia daquela comunidade. A vitimação de toxicodependentes mostrou-se também frequente, sendo percecionada como algo não controlado pelas autoridades. As verbalizações dos participantes revelaram alguns aspetos indicadores de que estes fenómenos carecem de uma intervenção comunitária e multidisciplinar, que passe pelo *empowerment* das populações locais.

Palavras-chave: Toxicodependência; Tráfico de drogas; Vitimação; *Empowerment*.

(DES)CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE EXPERIÊNCIAS DE ABUSO SEXUAL: UM ESTUDO COM CRIANÇAS E JOVENS

Carla Antunes &
Carla Machado

Escola de Psicologia,
Universidade do Minho

Partindo da conceptualização teórica de White e Epston (1990), foi realizado um estudo com crianças e jovens vítimas de abuso sexual cujo objetivo passou por obter uma compreensão da experiência de abuso e dos processos de mudança a partir do discurso privilegiado das vítimas. Foram realizadas entrevistas qualitativas em profundidade com dezasseis participantes, cujo processo de análise foi realizado com base nos pressupostos da *grounded theory*.

Os resultados revelam que, ao nível do potencial impacto da experiência abusiva, a maioria dos participantes referiu uma tendência para o aumento do impacto negativo do problema após a revelação. Especificamente, os efeitos predominantes que emergem das narrativas são a vergonha, o estigma, a culpa e o medo, dados congruentes com a literatura no domínio do impacto do abuso sexual. Os discursos sociais/culturais surgem também como uma variável relevante que interfere nas significações que a vítima constrói, sendo que as crenças e estereótipos de culpabilização da vítima tendem a estar associados a maior sofrimento psicológico. De igual modo, este estudo revela que as expectativas de justiça são percebidas pelas vítimas como uma importante dimensão moderadora do impacto, sendo a condenação do ofensor encarada pelas mesmas como uma forma de validação da sua experiência e das emoções vivenciadas. Da mesma forma, a perceção de um sistema de justiça ineficaz e pouco inteligível parece constituir-se como mais um elemento desorganizador e que agrava o impacto negativo do abuso.

Em conclusão, os resultados do presente estudo revelam que as dinâmicas de significação das vítimas se centram genericamente no impacto negativo dos processos socioculturais e judiciais associados à experiência abusiva. Estas dinâmicas reforçam a necessidade de uma maior responsabilização social que salvaguarde de forma efetiva as vítimas de abuso sexual e que promova o seu *empowerment* no processo de recuperação.

DIAGNÓSTICO DE COMUNIDADES URBANAS PROBLEMÁTICAS

Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt) &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: A Proteção dos Direitos Humanos. Ofensor e Vítima

Resumo

As elevadas taxas de criminalidade e de incividades em determinadas comunidades urbanas não são um fenómeno recente, muito embora careçam de uma permanente atenção, na medida em que a adequada intervenção junto dessas populações exige uma análise contextualizada e atenta às especificidades das interações e dinâmicas que se instalam nessas áreas. Há necessidade de apelar a métodos, técnicas e estratégias de análise específicas para a comunidade em causa, num regime de colaboração com as instituições locais de controlo social. Por outro lado, não basta averiguar a respeito dos crimes que aí se executam, sendo imprescindível indagar, quer os agentes de autoridade, quer as populações residentes, quer os informantes privilegiados, a respeito da criminalidade, da vitimação, das necessidades e recursos, das expectativas e das perceções de segurança/insegurança presentes entre os moradores.

Precisamente pelo que acaba de ser referido, foi elaborado um instrumento de avaliação de uma comunidade da cidade do Porto. A elaboração do instrumento seguiu diversas etapas e exigiu uma prévia recolha de informações, obtidas essencialmente através das instâncias locais de controlo social. A construção do inquérito começou pela colocação de perguntas, num registo estruturado e diretivo, a partir das quais, e após consulta das partes com interesse neste estudo, se foram criando as questões que proporcionariam o acesso à informação desejada.

A elaboração do inquérito visa a recolha de elementos que permitam caracterizar aquela comunidade, a vários níveis, para que se reúnam dados que possibilitem o levantamento de um diagnóstico local de segurança. Assim, espera-se que, a partir do instrumento criado, proceder à análise das diferentes áreas urbanas problemáticas e das suas especificidades, para melhor se poder intervir.

Palavras-chave: Área urbana; Criminalidade; Diagnóstico; Inquérito.

EFICACIA DE LA VIDEOVIGILANCIA EN LA PREVENCIÓN DEL DELITO

Javier Gago González (javier.gago.glez@gmail.com),
Rut Pinedo González &
Francisco Javier González Álvarez

Universidad Europea Miguel de Cervantes

Panel temático: Panel 2

Introducción: Son muy pocos los estudios empíricos que analizan la eficacia de la videovigilancia y éstos se centran exclusivamente en espacios públicos, no existiendo ninguno que analice su impacto en espacios privados. Los objetivos son (1) analizar el impacto de la videovigilancia en los niveles de delincuencia en supermercados, (2) analizar las variables que influyen en la eficacia de éstas medidas, con el objetivo de optimizar los sistemas de seguridad existentes en los establecimientos, (3) analizar las conductas delictivas que se producen en los supermercados, estudiando su frecuencia, volumen, tipologías..., (4) analizar qué variables influyen en los delincuentes en la decisión de cometer el acto delictivo en uno u otro establecimiento, (5) analizar la seguridad percibida en la ciudad, barrio y supermercados habituales, así como comprobar el conocimiento de la población acerca de las medidas de seguridad implantadas en los supermercados.

Métodos: Se realizó un estudio de las medidas de seguridad implantadas en todos los supermercados de la ciudad de Valladolid (España). Se realizaron varias encuestas: (1) sobre una muestra de empleados de supermercados, (2) sobre población general, y (3) sobre una muestra de individuos que han cometido actos delictivos en supermercados, a la que hemos tenido acceso a través de una ONG. Se entrevistó a responsables de seguridad de grandes centros comerciales. También se contactó con los responsables de varias cadenas de supermercados a nivel nacional con el objetivo de obtener datos relacionados con la implantación de videovigilancia en sus supermercados.

Resultados: La reducción del volumen de delitos se debe a una multiplicidad de factores. El desconocimiento en cuanto a los sistemas de seguridad implantados es generalizado.

Conclusiones: La eficacia de la videovigilancia en espacios privados es mayor que en los públicos pero no se puede considerar como la “solución” ante los actos delictivos. Para incrementar la eficacia de la videovigilancia es necesario investigar técnicas psicológicas publicitarias que aumenten la percepción de eficacia de éstas medidas.

Palabras-clave: Videovigilancia, prevención del delito, supermercados, eficacia.

EXERCÍCIO CONJUNTO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REPRESENTAÇÕES DOS DECISORES JUDICIAIS

Maria Luís Machado (5192@ufp.edu.pt),
Daniela Caprichoso (danielac@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Perspetiva Jus-familiar em situações de perigo

Resumo

Muitos divórcios têm na sua origem situações de violência doméstica. As crianças expostas a situações de violência doméstica estão mais vulneráveis a desenvolver algum tipo de psicopatologia em relação a outras crianças que não a experienciam. A investigação tem demonstrado que as mulheres vítimas de violência doméstica, veem comprometida a sua capacidade parental, tanto no que diz respeito à satisfação das necessidades dos filhos, como à expressão de afeto e suporte emocional. Este estudo procurou compreender como a lei protege as mulheres vítimas de violência doméstica relativamente ao exercício conjunto das responsabilidades parentais.

A amostra de conveniência inclui a participação de seis magistrados (4 Juizes e 2 Procuradores do Ministério Público) com experiência prévia no exercício de funções em Tribunais de Família e Menores no âmbito de processos de regulação das responsabilidades parentais em processos de divórcio. Para a recolha de dados foi elaborado um questionário sociodemográfico e um guião de entrevista semiestruturado, tendo as entrevistas sido gravadas em suporte áudio para posterior análise categorial a partir de uma grelha de análise.

Os resultados demonstram que os magistrados estão sensibilizados para as consequências da exposição à violência doméstica sobre as crianças, salientando que havendo processo-crime é necessário que exista prova. Os magistrados defendem que nestes casos o exercício das responsabilidades parentais seja atribuído à mãe e que são os contactos e o regime de visitas da criança com o progenitor agressor que devem merecer uma maior atenção e serem estabelecidos de acordo com cada situação em concreto.

A objetividade que rege o sistema o sistema judicial contrasta muitas vezes com a subjetividade e experiência das mulheres vítimas de violência doméstica. Torna-se necessário que os intervenientes judiciais reconheçam e valorizem estes aspetos, permitindo-se um diálogo com eles com vista a uma maior aproximação às vítimas de violência doméstica.

Palavras-chave: violência doméstica; decisão judiciária; responsabilidades parentais.

FILHOS DA TOXICODPENDÊNCIA: FAMÍLIA, RISCO E VITIMAÇÃO

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt) &
Paula I. Santos (psantos@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Droga-Crime. (Des)Construções

Resumo

A toxicodpendência é uma condição grave e que, indubitavelmente, afeta os consumidores e aqueles que deles são filhos, expondo-os a situações de elevado risco e à vulnerabilidade para a experiência de vitimação. Os danos causados podem iniciar-se durante o período pré-natal, prolongando-se ao longo de todo o desenvolvimento da criança, como é referido por diversos autores. Por outro lado, os danos de que são vítimas estas crianças atravessam diversas dimensões, desde o seu estado de saúde, ao estilo educativo e ao registo afetivo a que são expostos e, ainda, à instabilidade familiar em que se inserem.

Através de uma pesquisa bibliográfica constatou-se que a toxicodpendência constitui um dos fatores fortemente associados às práticas violentas exercidas sobre os filhos, bem como à adoção de um estilo parental negligente. Acresce a constatação de que os afetos acabam por se revelar empobrecidos, verificando-se a presença de transgeracionalidade, quer ao nível da vinculação, quer em termos da manifestação de violência intrafamiliar.

Por tudo quanto foi referido, este poster apresenta os riscos e as experiências que podem vitimar as crianças e os adolescentes cujos pais são dependentes de drogas, procurando alertar para uma população em relação à qual urge prestar mais atenção.

Palavras-chave: Toxicodpendência; Filhos de toxicodpendentes; violência intrafamiliar; estilo educativo.

**GABINETE DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÃO À VÍTIMA NO
DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL DO PORTO:
UM PROJETO EM CRESCIMENTO.**

Ana Costa (21898@ufp.edu.pt),
Joana Silva (21403@ufp.edu.pt),
M. João Gonçalves (23465@ufp.edu.pt),
Alexandra Andrade (16879@ufp.edu.pt),
Cristiano Nogueira (20598@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Violência estrutural e as vítimas de crime

Resumo

O GAIV - Gabinete de Atendimento e Informação à Vitima nasce de um protocolo realizado entre o DIAP - Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto e a Universidade Fernando Pessoa. O GAIV inicia a sua atividade em Novembro de 2010 através de uma equipa multidisciplinar abrangendo as áreas de Psicologia Jurídica, Criminologia e Serviço Social, tendo em vista apoiar, informar e encaminhar vítimas diretas e/ou indiretas de crime, nomeadamente de violência doméstica.

No segundo ano de funcionamento do GAIV-DIAP Porto urge reanalisar os dados recolhidos até à data de forma a perceber algumas tendências criminais, as principais formas de vitimação e características das vítimas e agressores atendidos. A análise estatística realizada, comparando iguais períodos de 2011 e 2012 versa sobre o número de casos atendidos, os tipos de crime que nos chegam maioritariamente, as idades das vítimas, entre outros parâmetros.

Os resultados revelam um aumento no número de atendimentos, a manutenção nos tipos de vitimação, com predominância para a violência doméstica perpetrada na sua maioria por agressores do sexo masculino, que coabitam ou coabitaram com as vítimas e com tendência para consumo de álcool.

A existência do GAIV junto deste órgão de justiça criminal tem contribuindo para uma resposta mais humanizada e célere à vítima de violência doméstica, através do atendimento individualizado, do fornecimento de informação útil e encaminhamento atempado para serviços públicos e privados identificados na rede de contatos deste serviço.

Palavras-chave: Vítimas; Justiça; Violência doméstica

GÉNERO E VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE: SIMETRIA OU ASSIMETRIA?

Sónia Caridade (soniac@ufp.edu.pt)

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Fernando Pessoa

Resumo

A relação entre género e violência íntima é, desde a década de 70 e ainda hoje, alvo de profunda controvérsia na comunidade científica, opondo duas importantes correntes sociológicas: os teóricos do conflito familiar e as perspectivas feministas. Os primeiros, apoiando-se em diversos estudos empíricos que não identificam diferenças de género significativas na perpetração de violência física, argumentam que as mulheres são tão violentas como os homens nas suas relações íntimas. Por sua vez, as feministas defendem a existência de importantes diferenças quantitativas e qualitativas entre a violência íntima perpetrada por homens e mulheres e reconhecem o papel fulcral do género e das tradições patriarcais nas dinâmicas deste fenómeno.

Com este trabalho escrito, pretendemos analisar e debater alguns dos argumentos apresentados por cada uma destas perspetivas acerca da simetria ou assimetria de género na violência íntima, procurando-se ainda identificar as principais críticas metodológicas tecidas à investigação neste domínio. Para finalizar, analisam-se algumas propostas para futuras investigações que possam vir a ser desenvolvidas nesta área.

Palavras-chave: Género, violência na intimidade, assimetria, simetria.

GERONTOLOGIA E CRIMINOLOGIA: INDICADORES DE MAUS TRATOS

Susana Braga (susana.braga87@hotmail.com)¹ &
Maria Inês Guimarães(inesg@ufp.edu.pt)²

¹ Médica Dentista; Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal; Aluna do Curso de Especialização em Ciências Médico-Legais no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.

² Médica Dentista; Mestre em Medicina Legal; Doutoranda em Ciências Médicas no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto; Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

Resumo

Introdução: No final da década de 70 surgiu pela primeira vez, nos Estados Unidos da América, o conceito de abuso e negligência na pessoa idosa, passando a ser reconhecido como um problema social. No entanto, este tipo de ação é ainda mais invisível, face às outras formas de violência, que atingem crianças e mulheres. Os estudos epidemiológicos que incidem sobre a população idosa são menos frequentes e a porção analisada não retrata fidedignamente o panorama atual, uma vez que inclui uma amostra altamente seletiva, permanecendo por detetar os idosos vítimas de abusos familiares e/ou institucionais. O conceito de maus tratos nesta faixa etária inclui o abuso físico, psicológico, material/financeiro e a negligência. Os principais agressores logram, na maioria das vezes, da confiança do idoso; já o abuso institucional é praticado por profissionais, que embora sejam remunerados para prestarem um conjunto serviços, se servem da agressão verbal, infantilização, sobremedicação ou da despersonalização para atentar contra os Direitos básicos do idoso.

Método: Pesquisa de artigos científicos no Pubmed, usando a combinação de palavras “Criminology”[Mesh] AND “Geriatrics”[MeSH Terms] AND “abuse”[MeSH Terms] AND “neglect” [All Fields].

Resultados: Segundo dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), nos últimos 10 anos, foram sinalizadas 5500 pessoas idosas vítimas de violência. No entanto, não podemos menosprezar a convicção de que a nossa realidade será, certamente, muito mais preocupante, sendo necessário continuar a publicitar o problema, mudar paradigmas educacionais e criar programas de orientação e prevenção da violência nesta faixa etária.

Conclusão: Uma vez que este fenómeno assenta numa grande complexidade e perspetivas multidimensionais, é necessário um trabalho articulado e multiprismático de forma a assegurar um fim de vida mais digno ao geronte.

HOMENS VÍTIMAS DE VIOLAÇÃO

Vera Valente (16414@ufp.edu.pt) &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: A Vítima e o Problema Criminal

Resumo

A análise de ocorrência de violação cujas vítimas são do sexo masculino tem-se focalizado essencialmente em amostras clínicas, principalmente sobre populações institucionalizadas, podendo mesmo afirmar-se que a violação de homens provenientes da população geral tem vindo a ser algo esquecida. Não obstante, o fenómeno não é tão raro como seria desejável, na medida em que certos estudos apontam mesmo um número bastante significativo de tais ocorrências, alertando para a necessidade de se atender mais a este fenómeno e às suas especificidades.

Na sequência da revisão da literatura existente a esse respeito, passou-se à realização de uma breve apresentação desta faceta do crime de violação, pelo que esse é o tema central deste poster, que visa alertar o problema.

As consequências de tais experiências de vitimação sofridas por homens abarcam um vasto leque de problemas, que vão desde os distúrbios emocionais, à ideação suicida, ao abuso de substâncias psicoativas, ao isolamento social e ao desenvolvimento de fantasias sobre vingança e retaliação, entre outras. Alguns aspetos mais comuns a tais situações são também apresentados, procurando-se caracterizar sumariamente o fenómeno e buscando a definição das características mais presentes entre ofensores e entre vítimas.

Palavras-chave: Crime; Assalto sexual; Violação; Vítimas masculinas.

HOMICÍDIO CONJUGAL NO FEMININO

M^a Eugénia Gomes (17995@ufp.edu.pt) &
Sónia Caridade (soniac@ufp.edu.pt)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa

Resumo

A literatura tem vindo a demonstrar que os homicídios intrafamiliares constituem uma parte importante do conjunto de homicídios, sendo na sua maioria, homicídios entre os cônjuges e nos quais a mulher é a vítima principal. Não obstante, um outro padrão existente é o homicídio no feminino, cometido frequentemente contra o cônjuge violento como forma de pôr fim aos maus tratos conjugais. Com este trabalho escrito, e a partir de uma revisão da literatura efetuada em artigos científicos publicados nas bases de dados B-On - Biblioteca do Conhecimentos Online e SciELO - Scientific Electronic Library Online, assim como, a análise de livros publicados neste domínio, pretendemos apresentar mais detalhadamente este fenómeno. Especificamente, pretendemos analisar a prevalência deste tipo de crime, os principais fatores de risco para a avaliação da letalidade conjugal, apresentar as características psicológicas e comportamentais das homicidas femininas, bem como o contexto e motivações subjacentes a este tipo de crime. Por fim, serão ainda analisadas e discutidas pistas para a investigação futura neste domínio.

Palavras-chave: Homicídio conjugal, crime, feminino.

**IMPORTANCIA DEL CONTROL FAMILIAR COMO FACTOR
DE PREVENCIÓN DE LA DELINCUENCIA JUVENIL:
DIFICULTADES EXISTENTES EN EL MODELO DE SOCIEDAD ACTUAL.**

Blanca Martín Ríos (blancamartinrios@hotmail.com, blancamr@us.es)

Doctoranda de Derecho Penal. Profesora del Instituto Andaluz
Interuniversitario de Criminología, Universidad de Sevilla (España).

Panel temático: Paneles 4 ó 5

Resumen de los aspectos a tratar en el póster:

Introducción: Importancia del control y supervisión familiar entre las intervenciones dirigidas a prevenir las conductas antisociales o asociadas a la delincuencia por parte de los menores. Por ello, la incorporación de la mujer al mundo laboral se viene asociando a una ausencia de control y límites sobre los menores, culpándose del posible incremento de conductas antisociales y delictivas. Puede analizarse desde diferentes puntos de vista (también las TIC de la propuesta anterior).

Métodos: Análisis de si realmente se da un menor control o si se ha sustituido por otros agentes de control (abuelos, escuelas...). Estudio del posible cambio de modelo familiar. Análisis de las relaciones de la familia y la escuela y sus consecuencias como factor de prevención de la delincuencia.

Resultados: Existencia de una mejor relación familiar que hace años, basada en confianza y respeto y no tanto en autoridad. Mayores vínculos familiares y entre las familias y escuelas, que desembocan en una mayor implicación y detección por las familias de conductas antisociales realizadas por los menores (absentismo escolar, consumo de drogas, vandalismo, etc.).

Conclusiones: Puesta en cuestión del efecto negativo del modelo familiar actual y, en concreto, de la incorporación de la mujer al mercado laboral como causa de un mayor número de conductas antisociales por parte de los menores. Sólida relación entre la familia y la escuela que previene de la comisión de conductas antisociales por parte de los menores.

Palabras clave: control familiar, delincuencia juvenil, prevención.

IMPORTANCIA DEL USO RESPONSABLE DE LAS TIC POR LOS MENORES: PELIGROS POTENCIALES Y PAUTAS DE ACTUACIÓN

Blanca Martín Ríos (blancamartinrios@hotmail.com, blancamr@us.es)

Doctoranda de Derecho Penal. Profesora del Instituto Andaluz Interuniversitario de Criminología, Universidad de Sevilla (España).

Panel temático: Paneles 4 ó 5

Resumen de los aspectos a tratar en el póster:

Introducción: Actualmente, se da un uso generalizado y normalizado por los menores de Internet y las redes sociales, también desde el móvil, sin sensación de inseguridad. Es necesaria una toma de conciencia de los riesgos y una formación para usar las TIC de forma responsable, precisamente por la especial vulnerabilidad de los menores.

Métodos: Reflexión acerca de los motivos de la especial vulnerabilidad de los menores y estudio de las formas de prevenirlos: acceso a contenidos inapropiados, adicciones, gasto excesivo, pérdida de sueño y falta de rendimiento escolar, víctimas y agresores potenciales de delitos cometidos por Internet (ciberbullying, grooming y sexting).

Resultados: Toma de conciencia de los peligros que amenazan a los menores en el uso de las TIC, muchos desconocidos por los padres. Tratamiento del menor no sólo como víctima, sino también como potencial agresor y necesitado de control y ayuda. Necesaria reinención del control social informal: formación de padres, abuelos y educadores. Evitar la distinción entre vida real/virtual, para que rijan las mismas normas y valores. Recuperación de la autoridad paterna. Establecimiento de medidas de control y responsabilidad por los hechos cometidos por los menores.

Conclusiones: Determinación de los peligros a los que nos enfrentamos en relación con el uso de las TIC por los menores. Facilitar formación e información sobre las TIC. Establecer pautas de actuación y detección de todos los implicados. Imputar responsabilidades.

Palabras clave: TIC, Internet, menor, redes sociales.

IN/SEGURANÇA NUMA COMUNIDADE URBANA PROBLEMÁTICA – UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt),
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt) &
Rui Maia (rlmaia@ufp.edu.pt)

Painel: A Proteção dos Direitos Humanos. Ofensor e Vítima

Resumo

Algumas comunidades urbanas apresentam elevados índices de criminalidade, pelo que se impõe a elaboração de um diagnóstico de cada área específica, tendo em vista uma posterior abordagem em termos de prevenções primária, secundária e terciária.

Este poster apresenta os primeiros dados obtidos através de uma avaliação preliminar, mediante um estudo exploratório, desenvolvido sobre uma comunidade com elevados índices de crime e de consumo de drogas, da cidade do Porto. Para tanto, recorreu-se à administração de um inquérito, prévia e propositadamente elaborado para esse fim, cuja construção teve em consideração toda a informação anteriormente recolhida junto de informantes privilegiados. Os objetivos do estudo passam pelo teste ao questionário construído, visando também a obtenção de um conhecimento geral daquela comunidade, sobre a qual se realizará um estudo mais aprofundado, numa segunda etapa.

Assim, este estudo, exploratório, transversal, descritivo e baseado no autorrelato foi desenvolvido junto de 65 residentes/comerciantes na referida comunidade, com idades entre os 19 e os 80 anos, desde a ausência de escolaridade até o ensino superior. Entre os vários resultados, destacam-se o predomínio de uma perceção de segurança, acompanhada da ideia de que a criminalidade tem aumentado, em que o tráfico de drogas se apresenta como o crime mais frequente e mais temido. Entre as medidas sugeridas para aumentar a segurança na área, o aumento de policiamento foi a mais frequente. Estes e outros resultados evidenciaram a necessidade de um estudo mais aprofundado, para elaboração de um plano de prevenção, primária, secundária e terciária, adequado àquela comunidade específica, numa fase posterior do projeto.

Palavras-chave: Criminalidade urbana; Diagnóstico Local de Segurança; Policiamento; Prevenção.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS E DA PERCEÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL, NUMA COMUNIDADE CIGANA

Sofia Costa (sofiamelocosta@hotmail.com)¹ &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)²

¹ Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar/Universidade do Porto

² Universidade Fernando Pessoa

Painel: Perspetiva Jus-Familiar em Situações de Perigo

Resumo

Os Direitos Humanos integram direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos. Por isso, e apesar das práticas culturais e das formas de interpretação do mundo variarem de comunidade para comunidade, devem assegurar-se os direitos de todos. Entre os grupos étnicos existentes em Portugal, encontra-se o povo cigano, a respeito do qual se torna pertinente e necessário desenvolver estudos científicos que procurem conhecer melhor e, sobretudo, compreender aquele conjunto de portugueses, cujos direitos e liberdades devem ser assegurados, sobrepondo-se às diferenças sociais e culturais.

Por isso, este trabalho consiste na apresentação de um instrumento que possibilitou a captura das relações conjugais/familiares entre indivíduos de etnia cigana, por forma a captar os aspetos centrais das dinâmicas familiares, nomeadamente, das interações conjugais. Assim, tornou-se necessária a criação de um instrumento adequado à recolha dessas informações junto daquela população. A partir de uma entrevista estruturada e diretiva, passou-se depois à edificação do questionário que, naturalmente, foi submetido a um pré-teste, acompanhado de “reflexão falada”, a fim de se verificar a sua adequação à recolha de toda e apenas a informação necessária ao estudo daquela população.

Este poster apresenta o questionário e o processo do seu desenvolvimento, revelando os aspetos que se tornaram centrais para a posterior realização do estudo, numa perspetiva conducente ao melhor conhecimento da realidade dos casais portugueses de etnia cigana.

Palavras-chave: Entrevista diretiva; Questionário; Ciganos portugueses; Interações familiares.

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (COM E SEM CORPO)

Cristiano Nogueira (20598@ufp.edu.pt),
Tânia Oliveira (20132@ufp.edu.pt) &
Artur Pereira

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

Resumo

A Investigação Criminal para além da sua organização, métodos, jurisdição, teorias e contributos científicos de diferentes áreas do saber tem uma importância extrema na repressão ao crime e na prevenção do estado. As crescentes séries televisivas e a mediatização de vários casos no âmbito da Justiça Criminal têm aclarado vários procedimentos na investigação criminal. Nomeadamente nas séries televisivas são quase sempre abordados os crimes onde existe uma vítima, um corpo, mas raramente se aborda os procedimentos de investigação nos casos de desaparecimento, sequestro ou rapto, ou seja, ausência de corpo na investigação de um caso, criminal ou não. Sempre que tal facto acontece o corpo ou o desaparecido aparece sempre no final, dado que as séries televisivas pretendem dar ao telespectador a ideia de que todos os crimes são investigados e resolvidos com eficácia, justificando, assim, a ausência de este tipo de criminalidade.

Existe uma homogeneidade na forma como é tratado este tipo de crime ao nível nacional, no entanto existem barreiras metodológicas que dificultam as investigações policiais e a sua atuação, nomeadamente a necessidade de cooperação internacional.

Na sequência da revisão da literatura existente, passou-se à realização de uma breve análise interpretativa das estratégias investigatórias, das boas práticas e diferentes formas de abordagem da investigação criminal com e sem corpo, pelo que este é o tema central deste poster, que visa analisar uma realidade problemática.

Palavras-chave: Investigação Criminal; Estratégias Investigatórias; Crimes com corpo; Crimes sem corpo.

LA LUCHA DEL LEGISLADOR ESPAÑOL CONTRA LA VICTIMIZACIÓN SECUNDARIA DE MENORES VÍCTIMAS DE DELITOS

Pilar Martín Ríos

Profesora Doctora de Derecho Procesal. Universidad de Sevilla (España)

Resumen de los aspectos a tratar en el póster:

Introducción: definición de qué ha de entenderse por victimización secundaria. Exposición de colectivos que han de considerarse víctimas especialmente vulnerables (particular atención a los menores víctimas del delito). Detección de los condicionantes del sistema que causan la victimización secundaria de los menores.

Métodos: examen del marco normativo supranacional (Directiva marco de 2001 acerca del estatuto de la víctima de delitos y problemática acerca del Caso Pupino, etc.) y de la normativa española en la materia (especialmente, LO 8/2006).

Resultados: identificación de los esfuerzos tendentes a erradicar la producción de estos supuestos, de la evolución experimentada en nuestro país y en nuestro entorno, así como de los acontecimientos que motivaron la variación de rumbo.

Conclusiones: detección de lagunas aún existentes en el sistema. Propuestas de *lege ferenda* para su erradicación.

Palabras clave: menor víctima, victimización secundaria, proceso penal, medidas adoptadas.

LA PROTECCIÓN PREVISTA EN ESPAÑA PARA LOS CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA Y DE GÉNERO

Pilar Martín Ríos

Profesora Doctora de Derecho Procesal. Universidad de Sevilla (España).

Resumen de los aspectos a tratar en el póster

Introducción: presentación de la problemática en España. Diferenciación de la violencia doméstica de la de género. Identificación de las necesidades especiales de protección de las víctimas de esta clase de delitos (víctimas especialmente vulnerables).

Método: examen del marco español en la materia. Distintos niveles de protección para diferentes tipos penales y para la violencia doméstica/de género (diseño de los mecanismos de protección como círculos concéntricos). Especial examen de la LO 1/2004. Análisis de la evolución experimentada en esta materia.

Resultados: conclusión acerca de la insuficiencia de las medidas previstas, a la vista de la realidad española. Idoneidad (y perfectibilidad) de algunas medidas previstas. Condicionantes materiales en su aplicación efectiva.

Conclusiones: posibilidad de extender medidas de protección diseñadas para la violencia de género para otro tipo de conductas delictivas. Insuficiencia/ineficacia de algunas medidas previstas.

Palabras-clave: víctimas especialmente vulnerables, violencia doméstica, violencia de género, protección procesal.

LA TÉCNICA DEL CRIMINAL PROFILING: APLICACIÓN A LOS DELITOS DE ROBO COM FUERZA EN LAS COSAS Y COM VIOLENCIA O INTIMIDACIÓN EN ESPAÑA

Francisco Javier González Álvarez (jukakyo@gmail.com),
Javier Gago González y
Ruth Pinedo González

Universidad Europea Miguel de Cervantes.

Panel temático: Panel 2

Introducción: El 35% de los delitos cometidos en España son “contra el patrimonio”. Los robos con fuerza en las cosas y con violencia o intimidación representan los mayores porcentajes, generando una alarma social generalizada y un gran impacto en sus víctimas. Además, presentan un reducido índice de resolución del 20% debido a su elevado volumen y a las dificultades propias de su investigación. A través de este estudio, consideramos la utilización de la técnica del perfil criminal como ayuda suplementaria para una mejor resolución de estos delitos. Su uso nos tendrá que permitir obtener sugerencias de tipo operativo para optimizar los recursos de la investigación y priorizar sospechosos.

Métodos y Resultados: Para considerar su aplicación, en primer lugar, realizamos una aproximación a sus bases teóricas que nos permitió obtener una visión situacional y centrada en las necesidades de la técnica en España. Posteriormente, llevamos a cabo una revisión de estudios inductivos sobre perfilación de robos con la que elaboramos una lista de variables socio-demográficas, psicológicas, delictuales y de predicción que utilizamos en la última parte del estudio. En ella aplicamos estas variables en una muestra de sujetos condenados por robo en centros penitenciarios de nuestra Comunidad Autónoma. Con los resultados obtenidos, elaboramos una base de datos con perfiles psicosociales y tipologías delictivas de la que se puede extraer información para inferir comportamientos y orientar las líneas de investigación en nuevos casos.

Conclusiones: Hemos conseguido marcar tendencias inductivas no exclusivas que nunca facilitarán la plena individualización pero sí ayudarán a priorizar opciones. Ampliando e informatizando nuestra base de datos conseguiremos, en un futuro, disminuir el componente determinista y la simplicidad de estos perfiles estadísticos, así como reducir sus márgenes de error a la hora de encontrar una relación lineal entre las variables estudiadas con el comportamiento delictivo particular de cada robo.

Palabras clave: Criminal profiling, Técnicas de investigación, Delitos de robo, Psicología criminal

LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN Y LA CREACIÓN DE ESTEREOTIPOS SOBRE LA JUVENTUD

Blanca Martín Ríos (blancamartinrios@hotmail.com, blancamr@us.es)

Doctoranda de Derecho Penal. Profesora del Instituto Andaluz Interuniversitario de Criminología, Universidad de Sevilla (España).

Panel temático: Paneles 1 ó 4

Resumen de los aspectos a tratar en el póster

Introducción: Los medios de comunicación ejercen una influencia enorme e indiscutible sobre todos los sectores y a todos los niveles de la población. En la forma de tratar a los jóvenes, muchas veces de forma negativa, se establecen estereotipos que ejercen una violencia estructural sobre los mismos, mostrándose una imagen negativa que, muchas veces, actúa como precursor de sus conductas antisociales o delictivas al promover el rechazo social y la falta de control informal. Necesidad de usar esa influencia para la creación de estereotipos positivos.

Métodos: Análisis de la asociación entre comportamientos antisociales y delincuencia juvenil con los elementos de: violencia, drogas, marginalidad, apariencia externa (normalmente llamativa y desafiante), aficiones musicales, audiovisuales, lúdicas o de ocio nocturno. Potenciación de un enfoque más positivo sobre los jóvenes, mostrando aficiones y actividades sociales.

Resultados: Comprobación de una mayor atención de los medios a los delitos violentos y graves cometidos por menores, desvirtuando la dimensión real de este tipo de delincuencia. Creación de estereotipos negativos sobre los jóvenes que influyen en su autopercepción y en la de los demás, determinando sus propias carreras delictivas. Incrementa la inseguridad y fomenta actitudes punitivistas que afectan a todo el grupo, y ya no sólo al caso particular, así como la constante reforma y endurecimiento de la española Ley de Responsabilidad Penal de los Menores.

Conclusiones: Influencia decisiva de los medios de comunicación, que crean un estereotipo negativo sobre los jóvenes y determinan la sensación de inseguridad y las medidas reclamadas. Potenciación de una imagen positiva de los jóvenes.

Palabras-clave: medios de comunicación, estereotipo, juventud, jóvenes.

MAUS-TRATOS PRATICADOS CONTRA IDOSOS

Ana Pinheiro (cuidandodesaude@hotmail.com),¹
José Martins (jsmartin@ufp.edu.pt),¹
Maria Cardoso (cardoseter@gmail.com)¹ &
Maria Pinto Costa (Mjcpintodacosta@gmail.com)²

¹ Universidade Fernando Pessoa

² Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

Resumo

Os maus-tratos na terceira idade podem ser definidos como um ato único ou repetido, ou ainda, ausência de ação apropriada que cause dano, sofrimento ou angústia confiança (OMS, 2002).

A violência contra os idosos é um problema de todos nós e não só dos idosos, por isso, começaram a surgir estudos nesta área, que contribuíram para um maior esclarecimento da questão e incentivaram outros a investigar formas mais eficazes da sua deteção e prevenção (Borrvalho, 2010; Borrvalho, Lima, & Ferreira-Alves, 2010; Ferreira-Alves, 2004/2005; Ferreira-Alves & Sousa, 2005; Dias 2005/2009).

Objetivo: estudar os vários tipos de maus-tratos exercidos a idosos; apurar se os idosos reconhecem os maus-tratos, como sendo maus-tratos; identificar os agressores (cuidadores formais ou informais); identificar quais os tipos de maus-tratos infligidos e investigar as formas de deteção dos maus-tratos. Pretendemos, ainda, verificar se a psicopatologia e a demência influenciam a prática dos maus-tratos praticados em idosos.

Instrumentos: Mini Mental State Examination (MMSE), Folstein, Folstein e Marshall (1975); Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI), Derogatis e Spencer (1982); Escala de Barthel, Vilela Júnior (2006); Question to Elicit Elder Abuse (QEEA), Carney, Kahan e Paris (2003).

O estudo ainda está a decorrer, deste modo ainda não existem resultados.

Palavras-chave: Idoso, Maus-tratos, Agressores, Deteção de Maus-tratos.

MEDIDAS EM MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE: PERSPECTIVA JURÍDICO-SOCIAL

Rita Rola (rrola@ufp.edu.pt) &
Madalena Sofia Oliveira (madalena@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Resumo

O aumento de casos relacionados com a delinquência de menores e jovens bem como, as situações de perigo são acontecimentos cada vez mais abordados, quer por psicólogos, sociólogos, juristas ou assistentes sociais. A Sociedade atual depara-se com um fenómeno social que carece ser estudado à luz de várias perspetivas, pois as divergências instalam-se e é necessário que todos trabalhem com um objetivo comum: o superior interesse da criança.

No entanto, embora o princípio do superior interesse da criança seja um denominador comum na Lei Tutelar Educativa e na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo existem diversos pressupostos de aplicação que distinguem estas duas leis.

Enquanto a Lei Tutelar Educativa se aplica ao menor infrator, com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, que tenha cometido um facto tipificado na lei como crime, a lei de promoção de crianças e jovens em perigo aplica-se ao menor e jovens que se encontrem numa situação de perigo. A própria lei define quais as situações que devem ser consideradas de perigo e quando se deve aplicar uma medida de promoção e proteção. Estas medidas devem ser aplicadas, primeiramente, junto das famílias e só depois juntos das instituições. Na aplicação destas medidas devemos ter em conta os princípios elencados na própria lei.

A Lei Tutelar Educativa visa a educação do menor para o direito, tem um sentido reeducador e as medidas existentes na lei não têm uma função punitiva mas sim, educativa, tentam ressocializar os menores, ensinares-lhe a viver em sociedade sem cometerem factos ilícitos e contrários à lei. As medidas são taxativas e respeitam o princípio da legalidade consagrado na Constituição da Republica Portuguesa.

Pretendemos com este trabalho clarificar conceitos, de forma a conseguir uma atuação análoga nas várias disciplinas que intervêm nesta matéria.

Palavras-chave: crianças, jovens, medidas, lei

NEUROLOGIA DO COMPORTAMENTO CRIMINOSO – REVISÃO DA LITERATURA

Alexandra Monteiro (alexandra.monteiro@live.com.pt),¹
Laura Meireles (laura.meireles@portugalmail.pt)² &
Laura Nunes (lnunes@ufp.edu.pt),³

¹ Universidade Lusíada

² Universidade do Porto

³ Universidade Fernando Pessoa

Painel: Percursos Criminais

Resumo

Indubitavelmente, o aparecimento, desenvolvimento e manutenção de comportamentos criminosos está associado a fatores biológicos, biográficos, psicológicos e sociais. Mas será possível falar na existência de um cérebro criminal? Existirão diferenças neurológicas entre um criminoso e um não criminoso? Neste poster pretende-se perceber a ligação que existe entre a presença de défices neurológicos e o comportamento violento e criminal, tendo por base uma revisão da literatura.

Para tanto, procedeu-se a uma revisão sistemática da literatura sobre o tema, através do levantamento de artigos científicos nas bases de dados *Pubmed*, *Medline* e *Journal of Neuroscience*. Constatou-se que vários estudos mostram a existência de diferenças entre o cérebro de criminosos e o de indivíduos sem práticas criminosas. Algumas dessas análises sugerem que a presença de disfunção nos lobos frontais aumenta a prevalência de comportamentos agressivos e antissociais. De entre as áreas implicadas neste tipo de comportamento sobressaem as regiões orbital, ventrolateral, ventromedial e dorsolateral.

Embora alguns estudos defendam a existência de diferenças neurológicas entre criminosos e não criminosos, não é possível afirmar que são essas diferenças que conduzem, determinadamente, à manifestação de comportamento criminoso. Os aspetos psicológicos e sociais desempenham um papel importante na possível predisposição que estas diferenças cerebrais possam produzir. Não obstante, embora atravessados por outros aspetos, parece pertinente atender aos fatores neurológicos e ao seu papel no desenvolvimento de certos comportamentos.

Palavras-chave: Comportamento criminoso; Cérebro; Défice neurológico; Lesão cerebral.

O CONTEXTO FAMILIAR NA INTERGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA

Madalena Sofia Oliveira (madalena@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças vítimas de violência

Resumo

O enfoque dado às questões da violência intergeracional e que dão fundamento estudo empírico que levamos a cabo, prende-se com a procura de uma eventual relação entre: i) a existência de violência nas relações de namoro de jovens, ii) as perceções destes sobre a violência interpessoal e iii) o terem assistido a violência interpessoal ou sido vítima de violência na infância.

Na concretização deste estudo esteve a aplicação de três instrumentos de autorrelato, designadamente o Inventário de Violência Conjugal (Machado, Matos & Gonçalves, 2000), a Escala de Crenças da Crianças sobre a Violência (Sani, 2003) e a escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (Sani, 2003). Os dados foram recolhidos junto de uma amostra de 1488 jovens, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos, contactada aleatoriamente em estabelecimentos de ensino secundário e profissional dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana de Vila Real.

Este poster pretende discutir os dados caracterizadores do ambiente familiar dos jovens no que respeita aos comportamentos de violência que possam ter sido exibidos nesse contexto. Os participantes sinalizam no seu contexto familiar várias tipologias de violência, entre estes comportamentos de abuso físico (e.g., 18% presenciaram adultos a atirarem coisas contra uma pessoa de propósito), o abuso emocional (e.g., 47% assistiram insultos ou chamar nomes feios a alguém; 56 % assistiram alguém a gritar muito e muito alto com alguém) ou de controlo (e.g., 17% assistiram algum progenitor a controlar tudo o que é feito).

Tais comportamentos revestem-se de particular relevância pois reforçam a probabilidade de virem a ser reproduzidos noutros contextos de intimidade, como é o caso das relações de namoro (Jackson, 1999), além de que influenciam a formação de crenças dos sujeitos sobre a violência praticada no âmbito das relações interpessoais.

Palavras-chave: violência, intergeracionalidade, jovens, família

O DELINQUENTE CONSUMIDOR DE DROGAS, COMO OFENSOR E COMO VÍTIMA

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Droga-Crime. (Des)Construções

Resumo

A toxicod dependência apresenta-se estreitamente ligada a vários outros fenómenos de que faz parte o do crime. Podem referir-se múltiplas situações problemáticas que gravitam em torno do consumo de substâncias, como a prática de prostituição, as doenças infetocontagiosas, o desfavorecimento social e económico, a prática criminosa e, não raras vezes, a experiência de situações de vitimação. Por isso, o olhar atento sobre a figura do toxicod dependente permite constatar a adoção de um estilo de vida repleto de riscos que o vulnerabilizam, também, a situações que o podem vitimar.

Partindo de uma revisão da literatura foi constatado que o toxicod dependente, pelas suas condutas, por via dos estados de intoxicação em que se encontra tantas vezes, pelo seu estilo interpessoal e pelas interações que estabelece, acaba por se colocar numa posição de vulnerabilidade em que as suas características podem precipitar a ocorrência dos crimes de que é vítima. Neste poster propomo-nos explorar o fenómeno da vitimação sofrida pelo toxicod dependente sob diversas perspetivas.

Efetivamente, a vulnerabilidade do toxicod dependente encontra-se nos resultados de vários estudos que se centram no assalto sexual facilitado por certas drogas, nos diversos crimes sofridos sob estados de intoxicação, na exposição a formas muito arriscadas de tráfico de drogas e na morte por homicídio entre dependentes de substâncias. Acrescentem-se a pobreza, a exclusão social, o estigma e os problemas de saúde física e mental. Apesar desta perspetiva sobre o toxicod dependente não se encontrar muito explorada, parece clara a propensão daquele para a vitimação, podendo afirmar-se que esta é mais uma das associações entre droga e violência.

Palavras-chave: Substâncias psicoativas; Toxicod dependência; Droga-crime; Vitimação

O IMPACTO SOCIAL DAS NOTÍCIAS SOBRE AS SAÍDAS DA PRISÃO: A PERCEÇÃO DOS TÉCNICOS DE UM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Ana Oliveira (15739@ufp.edu.pt) &
Glória Jólluskin (gloria@ufp.edu.pt)

Resumo

Introdução: O objetivo do presente trabalho é incitar a reflexão sobre o possível impacto social das notícias alusivas às saídas não custodiadas da prisão, nomeadamente, as licenças de saída jurisdicionais e as licenças de saída de curta duração (Artigos 79º e 80º, Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro).

Método: Desta forma, foram inquiridos oito técnicos de um Estabelecimento Prisional do Distrito Judicial do Porto. Após a análise do conteúdo das entrevistas foi possível perceber que, se para uns as notícias difundidas pelos meios de comunicação distorcem a realidade, para outros emitem um retrato fiel do fenómeno.

Resultados: Para a maioria dos técnicos, a representação deturpada sofre a influência do carácter sensacionalista destes meios, no sentido em que estes manipulam os dados, utilizam conceitos ambíguos e enfatizam a componente negativa do evento. Para outros, as notícias espelham a realidade, uma vez que se verificam – ainda que poucos – não regressos à prisão no termo destas saídas. Além disso, no decurso de algumas saídas constata-se a prática criminosa por parte dos seus beneficiários.

Conclusões: Ao refletir sobre estes aspetos anteriormente elucidados pode pensar-se no impacto negativo que estas notícias poderão ter na sociedade, no sentido em que a imagem deturpada deste fenómeno poderá agudizar o alarme social. Assim, mostra-se essencial sensibilizar os profissionais da comunicação social sobre a cautela no uso da terminologia e fomentar o equacionamento das diferentes componentes da situação.

Palavras-chave: reinserção social, prisão, saídas não custodiadas, comunicação social

O PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF): QUE PASSADO E QUE FUTURO?

Sandra Moreira¹ (18994@ufp.edu.pt)
Sónia Caridade² (soniac@ufp.edu.pt) &
Rita Prata³ (rita.m.prata@seg-social.pt)

^{1 e 2} Universidade Fernando Pessoa
³ Programa Integrado de Educação e Formação,

Resumo: O PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação, tem sido definido como uma medida de exceção e de carácter preventivo e remediativo aplicada a jovens que apresentam uma grande taxa de absentismo escolar, insucesso repetido e também alguns comportamentos de risco. Tendo por base uma revisão da literatura sobre o tema e a consulta de relatórios de acompanhamento da medida, cedidos pela instituição no decorrer do estágio académico, com este trabalho escrito pretendemos dar a conhecer a medida PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação). Especificamente, é nosso objetivo analisar os fatores/contexto que originaram a medida, os seus objetivos e respetivas estratégias de ação, a evolução que tem sofrido ao longo dos tempos e ainda qual o impacto desta medida na população-alvo para quem foi desenvolvida. A finalizar, refletiremos sobre as limitações desta medida, procurando-se igualmente avançar com algumas sugestões/estratégias a implementar de forma a potenciar a sua aplicação e ajustá-la às especificidades dos jovens que beneficiem desta medida

Palavras-chave: PIEF, medida, jovens, impacto

O TESTEMUNHO DAS CRIANÇAS: DO IMPACTO DAS FALSAS MEMÓRIAS

Sandra Oliveira (sandra.oliveira@ufp.edu.pt) &
Sónia Caridade (soniac@ufp.edu.pt)

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Fernando Pessoa

Resumo: A literatura sobre o testemunho das crianças e dos fatores que o afetam tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos. Com este poster, propomos apresentar uma revisão da literatura neste domínio, tendo-se para o efeito efectuado uma pesquisa em artigos científicos publicados nas bases de dados B-On - Biblioteca do Conhecimentos Online e SciELO - Scientific Electronic Library Online, assim como, várias teses de mestrado e livros publicados sobre o tema. A partir desta revisão, serão apresentados alguns estudos realizados sobre a implantação de falsas memórias em crianças, os tipos de falsas memórias existentes, assim como os modelos teóricos que lhes estão subjacentes. São também temas de análise e debate a sugestionabilidade, assim como os fatores facilitadores das falsas memórias, designadamente os fatores individuais, psicossociais, os acontecimentos traumáticos, remotos e repetidos.

Palavras-chave: falsas memórias, testemunho, crianças, sugestionabilidade.

OCORRÊNCIA DE VITIMAÇÃO NUMA COMUNIDADE URBANA PROBLEMÁTICA

Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt) &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: A Proteção dos Direitos Humanos. Ofensor e Vítima

Resumo

O levantamento de informações para a avaliação da segurança / insegurança das diferentes comunidades carece de uma análise atenta às situações de vitimação reportadas nesses espaços. Trata-se de uma componente fundamental uma vez que não basta atender à violência, sendo imperativo considerar a questão das vítimas, a respeito das quais se sabe, geralmente, muito pouco.

Por isso, no âmbito da recolha de dados que possibilitassem a elaboração de um diagnóstico sobre uma zona particular da cidade do Porto, procedeu-se também à colheita de informações relativas às situações de vitimação aí ocorridas. Recorreu-se ao inquérito por questionário num estudo desenvolvido sobre uma amostra constituída por 244 inquiridos, com idades entre os 16 e os 82 anos, e com uma escolaridade entre o anos e a frequência do ensino superior. O objetivo da análise prende-se com a necessidade de conhecer as situações de vitimação que se vivem naquela área, as condições em que ocorrem tais situações e as respetivas consequências.

Constatou-se que cerca de 17% dos inquiridos foi vítima de crime nos últimos 5 anos, o crime mais frequentemente apontado foi o assalto, durante o dia e na rua. Outros resultados apontaram para a não formalização da queixa por parte de muitos dos que foram vítimas e, entre os que formalizaram a queixa, nem todos terão ficado satisfeitos com as medidas tomadas. Este poster apresenta estes resultados e conclui pela importância de uma atuação policial voltada também para o atendimento à vítima e para a busca de um apoio tão célere quanto gerador de uma perceção de eficácia das populações, em relação às forças policiais.

Palavras-chave: Criminalidade; Vitimação; Comunidade; Atuação policial.

OFENSAS SEXUAIS NO FEMININO: DA RELAÇÃO ENTRE VITIMAÇÃO E CRIME

Neuza Florim (neuzaflorim@gmail.com)
& Sónia Caridade (sónia@ufp.edu.pt)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa

(Painel 1)

Resumo

Tradicionalmente, quando se abordam os crimes sexuais há uma tendência para se considerarem os homens como sendo os principais agressores e as mulheres as vítimas preferenciais deste tipo de violência. Em efeito a comunidade científica e social acabaria por, durante um longo período de tempo, negligenciar a agressão sexual feminina, dificultando a deteção, prevenção e tratamento das ofensoras sexuais. Não obstante a sua menor relevância estatística, as dinâmicas inerentes a este tipo de crime associado ao seu potencial impacto danoso nas vítimas fundamenta, em nosso entender, um estudo aprofundado e detalhado desta realidade criminal. Com este trabalho escrito, pretendemos apresentar uma proposta de investigação de índole qualitativa neste domínio. Pretendemos, assim, analisar e explorar as experiências prévias de vitimação das reclusas detidas por crimes sexuais em Portugal (incidindo-se de forma mais particular nas de índole sexual), procurando perceber de que forma, do ponto de vista destas reclusas, estas experiências passadas contribuíram para a emergência das ofensas sexuais por si cometidas. Pretendemos ainda, caracterizar as ofensas sexuais cometidas pelas reclusas. Para tal, e atendendo a que pretendemos aceder aos discursos construídos sobre as experiências de vida passadas e o crime sexual e significados associados, propomos a realização de entrevistas aprofundadas junto de todas as ofensoras sexuais detidas em Portugal (n=5). Neste trabalho escrito para além de explanarmos toda a metodologia selecionada para explorar o objeto do presente estudo, refletiremos ainda sobre os seus potenciais resultados e conclusões do mesmo.

Palavras-chave: Ofensas sexuais, crime no feminino, vitimação, género.

OFENSOR: POSIÇÃO E DIREITOS

Tânia Oliveira (20132@ufp.edu.pt),
Cristiano Nogueira (20598@ufp.edu.pt),
Hélder Fernandes (6189@ufp.edu.pt) &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: A Proteção de Direitos Humanos: Ofensor e Vítima

Resumo

Se é certo que os Direitos da vítima não podem, nem devem, ser preteridos em benefício dos do ofensor, não será menos correto que aquele deve ver salvaguardados os seus Direitos, sobretudo por parte do Sistema de Justiça. Mas para se apontarem os Direitos do ofensor, há necessidade de se enquadrar o lugar e a figura que o mesmo assume, em termos legais, naquele preciso momento. Aliás, trata-se mesmo de referir o ofensor, enquanto alguém que pode, num registo processual, ir assumindo essas diferentes posições a partir do momento em que é sinalizado pelo Sistema de Justiça. Referem-se, aqui, as ideias de suspeito, arguido e recluso.

Assim, o presente trabalho procura definir claramente as significações de suspeito, arguido e recluso, passando, posteriormente, a uma análise a respeito dos Direitos que devem ser salvaguardados, relativamente a cada uma dessas figuras. Desta forma, e através de uma pesquisa bibliográfica, procurar-se-á apresentar sistematicamente esse conjunto de Direitos, tendo em consideração os diferentes estatutos processuais que podem ser atribuídos ao indivíduo. Terminar-se-á com uma análise reflexiva sobre a observância de tais Direitos e as respetivas implicações.

Palavras-chave: Direitos; Suspeito; Arguido; Recluso.

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E CRIMINALIDADE
– MUTUALIDADE DE INFLUÊNCIAS**

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: A Proteção dos Direitos Humanos. Ofensor e Vítima

Resumo

A participação nas atividades de uma comunidade, bem como o envolvimento comunitário por parte dos residentes nas diferentes áreas urbanas constituem aspetos muito reveladores sobre o que se poderá estar a passar numa determinada comunidade, para além de serem bons indicadores a respeito do possível compromisso da população local, quanto à colaboração na implementação de medidas estratégicas de mudança. Por isso, no âmbito do desenvolvimento de um estudo de avaliação de uma comunidade urbana problemática, procedeu-se ao levantamento de informações sobre o envolvimento dos inquiridos na sua comunidade de pertença.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados obtidos, procurando expor as conclusões conducentes à ideia de que o sentimento de pertença, com envolvimento comunitário, integram os vários elementos que potenciam o estabelecimento de relações positivas entre as pessoas, proporcionando-lhes um bem-estar geral e favorecendo sentimentos de proteção e de segurança. O estudo desenvolveu-se mediante o método do inquérito suportado pela técnica do questionário, sobre uma amostra constituída por 244 participantes com idades entre os 16 e os 82 anos. Mais de 60 % da amostra revelou residir naquele espaço há mais de 10 anos, referindo que a reabilitação dos espaços físicos seria importante para melhorar a sua qualidade de vida, e apontando o aumento de policiamento como medida necessária à redução da criminalidade.

Outros resultados a apresentar neste poster conduziram à conclusão de que a população local desconhece os apoios comunitários de que poderia dispor, para além de que se verifica uma resistência quanto ao envolvimento mais ativo dos inquiridos, nos problemas da sua própria comunidade. Sugerem-se medidas, com o objetivo de iniciar um processo de mudança.

Palavras-chave: Comunidade; Cidadania; Sentimento de pertença; *Empowerment*.

PERCEÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA E VITIMAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO PORTO

Sílvia Martins (15188@ufp.edu.pt) &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Investigação Criminal e a Realização da Justiça

Resumo

O conhecimento da percepção de segurança / insegurança, bem como das situações de vitimação entre a população, revela-se de grande importância para que as forças policiais possam desenhar adequadamente as suas modalidades de atuação. Por outro lado, é fundamental atender a essas percepções, sobretudo entre a população de estudantes universitários, a respeito da qual vários estudos em diferentes países têm revelado taxas não desprezáveis de vitimação. As zonas urbanas mais frequentadas por estudantes universitários são, muito frequentemente, palco de crimes que importa conhecer para melhor se desenharem medidas de prevenção.

Este poster apresenta o plano de um estudo a desenvolver na cidade do Porto, com uma amostra de estudantes universitários, aos quais será administrado um questionário do qual se extrairão informações a respeito da criminalidade mais frequente, da mais temida, das incivildades que mais ocorrem e das situações de vitimação vividas pelos estudantes e por quem lhes é próximo. O estudo obedece a um desenho exploratório, descritivo, transversal, com todas as limitações inerentes a uma análise baseada na observação e no autorrelato. A pesquisa visa captar a percepção dos estudantes a respeito da criminalidade e das incivildades ocorridas, e identificar / descrever as situações de vitimação sofridas, na zona de Asprela. Para tanto, recorrer-se-á a duas das partes do instrumento de levantamento de dados para a realização de Diagnóstico Local de Segurança (Sani & Nunes, 2011).

A partir dos resultados do estudo, espera-se extrair conclusões que possibilitem uma definição adequada de planos de atuação, por parte das forças de segurança pública que, assim, terão acesso ao ponto de vista desta população.

Palavras-chave: Segurança pública; Vitimação; Criminalidade; Incivildades.

PERCEÇÕES, PADRÕES E CONTEXTOS: SENTIMENTOS DE (IN)SEGURANÇA NO METRO DO PORTO

Patrícia Mendes (patriciamendes_gmr@hotmail.com) &
Marlene Matos

Escola de Psicologia - Universidade do Minho

O sentimento de insegurança pode ser entendido como a resposta emocional de ansiedade e perigo face à possibilidade de ser vítima de um crime violento ou ataque físico, devido às ameaças de dano existentes no meio envolvente e que, de alguma forma, estão associadas ao crime.

O objetivo deste estudo foi compreender o sentimento de (in)segurança no Metro do Porto S.A. (sistema de metro ligeiro), analisando os diferentes fatores que podem interferir na construção desse sentimento, nomeadamente características sociodemográficas, sociopsicológicas e contextuais, que caracterizam e descrevem diferentes grupos com níveis de medo distintos.

Para tal, foi construído o “*Inquérito sobre Sentimento de (in)Segurança no Metro do Porto S.A.*” (Mendes, Santos, Matos, Machado & Almeida, 2010), aplicado a uma amostra de 521 participantes.

Os resultados revelam um nível reduzido de medo geral (71.2% nenhum/pouco medo), sendo o assalto (39.1%) e os conflitos associados a *gangs* (37.5%) as situações mais temidas. A maioria dos participantes refere sentir-se seguro ao longo de toda a rede (51.6%), pese embora seja o interior das estações (30.1%) o local apontado como o mais temido. Paralelamente, os participantes identificaram, em média, a conjugação de três fatores como sendo preponderantes para a sua segurança, privilegiando a presença de vigilantes (71.6%), o policiamento (64.1%) e as boas condições de luminosidade na rede (59.7%). Pelo contrário, destacaram o isolamento das estações (61.4%) e a ausência de policiamento (56.4%) como fatores promotores de insegurança.

Embora o crime nos transportes públicos tenha sido, até ao momento, objeto de escassa atenção nas ciências sociais (Loukaitou-Sideris, 1999), estudar este fenómeno torna-se importante dadas as suas implicações na segurança objetiva dos clientes e na sua qualidade de vida. As medidas de segurança nos transportes públicos devem ser específicas e ser adequadas aos diferentes espaços.

Palavras-chave: Sentimento de Insegurança; Metro do Porto; Medo; Fatores promotores de (in)segurança.

PERFIL PSICOSOCIAL DE MENORES INFRACTORES CONSUMIDORES DE DROGAS

Rut Pinedo González (rpinedo@uemc.es),
Javier Gago González,
Francisco Javier González Álvarez

Universidad Europea Miguel de Cervantes

Panel temático: Panel 2

Introducción: Se estima que de 700 a 900 menores al año tienen medidas judiciales en Castilla y León. Además como podemos ver también ha aumentado el número de casos en los últimos años, y se calcula que el 90% de estos/as menores consumen drogas (uso, abuso o dependencia a drogas). Se ha encontrado que en los casos en los que existe un consumo de drogas, los delitos que cometen están directa o indirectamente relacionados con el consumo de drogas (robos, agresiones, tráfico de drogas, etc.) por lo que es muy necesario intervenir con rapidez y eficacia sobre estos problemas..

Metodología: La muestra de estudio estará compuesta por 50 menores consumidores de drogas que se encuentran cumpliendo una pena privativa de libertad. El análisis de los datos se llevará a cabo a través del paquete estadístico SPSS 15.0. Con el fin de alcanzar los objetivos propuestos, realizaremos una serie de análisis descriptivos e inferenciales para estudiar la relación entre las variables de análisis.

Resultados: La mayoría de los casos analizados presentan delitos contra la propiedad (robos y hurtos). En cuanto al consumo de drogas, la droga principal de tratamiento suele ser, en la mayoría de casos el cannabis o el alcohol. Las familias de estos menores o jóvenes suelen presentar alguna característica de desestructuración. Y en relación a sus características psicopatológicas son chicos impulsivos, con elevada hostilidad y en un porcentaje importante presentan un diagnóstico de TDAH.

Conclusiones: Es necesario intervenir con el colectivo de menores infractores que consumen drogas porque el abuso o dependencia a las mismas agrava su trayectoria delictiva y su tratamiento psicológico.

Palabras-clave: Delincuencia juvenil, Drogas, Psicopatología, Violencia.

PERSONALIDADE E VINCULAÇÃO EM DELINQUENTES CONSUMIDORES DE DROGAS

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Droga-Crime: (Des)Construções

Resumo

A relação droga-crime constitui um registo comportamental que acarreta a manifestação de um modo global de funcionamento que não se reduz ao somatório das características de toxicodependentes e de criminosos, sendo antes uma interceção das duas condutas que conduzem à emergência de características próprias e muito especiais. Pelo que foi aqui referido, revelou-se pertinente procurar uma análise integrada das características de personalidade e do estilo relacional destes sujeitos.

Assim, desenvolveu-se um estudo sobre uma amostra de 53 indivíduos consumidores de drogas e com práticas criminosas, obedecendo a um desenho descritivo, transversal, retrospectivo e baseado no autorrelato, tendo em vista a captura do seu modo de funcionamento global. Recorreu-se ao inventário de personalidade *NEO Personality Inventory Revised* (NEO PI-R), da autoria de Costa & McCrae, bem como à escala Escala de Vinculação no Adulto (EVA), construída por Collins & Read.

Os resultados permitiram definir em termos gerais o funcionamento destes sujeitos, quer ao nível da sua personalidade, quer em termos de estilo relacional. Destacaram-se o predomínio de uma vinculação Insegura, assim como as baixas Conscienciosidade e Amabilidade, enquanto dimensões da personalidade. Foi possível compreender melhor estes sujeitos e definir um esquema de inteligibilidade a respeito do seu funcionamento global para, de forma mais fundamentada, se poder intervir num fenómeno tão frequente quanto urgente.

Palavras-chave: Relação droga-crime; Personalidade; Vinculação; Funcionamento global.

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: A PERCEÇÃO DOS TÉCNICOS DE UM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

João Luís (21647@ufp.edu.pt),
Laetitia Pinto (17985@ufp.edu.pt) &
Glória Jólluskin (gloria@ufp.edu.pt)

Resumo

O tratamento penitenciário, tema cada vez mais atual e relevante, está na origem da conceção de inúmeros programas de intervenção que procuram compreender quais são as necessidades sentidas decorrentes deste meio que é a prisão. De facto, é essencial intervir, principalmente por meio destes, no contexto penitenciário, pretendendo-se primariamente a reinserção do indivíduo recluso na Sociedade.

Poder-se-á então definir um programa como sendo um conjunto de atividades implementadas no decorrer de um dado espaço de tempo, cujos resultados constituam alterações sobre o recluso, neste contexto, assentadas num referencial teórico base e organizadas em sessões multimodais. Estas atividades são constantemente avaliadas com o propósito de perceber se há algum balanço positivo nas implementações destes programas, sendo que também não preveem um carácter lúdico-ocupacional, visto que a sua aplicação depende de critérios de seriação técnica a nível de avaliação de necessidades criminógenas/risco, não bastando a vontade de participação do indivíduo.

Importa também mencionar a variedade inerente a estas intervenções, que abrangem programas de reabilitação, psicoterapêuticos, de formação profissional, entre outros, após a dita avaliação de necessidades da população em questão. Estas abordagens têm também intrínseco o treino e a potenciação de competências pessoais e sociais básicas, frequentemente em défice nesta população.

Através do levantamento de informações sobre os inúmeros programas já implementados em contexto prisional, afigura-se primordial continuar com os esforços até então realizados, com o objetivo de reforçar os resultados obtidos e de procurar responder às várias necessidades que se possam ressentir, por meio da implementação de outros programas pensados para as diversas áreas com as quais se pode trabalhar no contexto prisional.

Palavras-chave: reinserção social, prisão, programas de intervenção, competências sociais.

PSICOPATIA: DA DEFINIÇÃO À AVALIAÇÃO

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Perícias Forenses: Protocolos de Avaliação

Resumo

A história da definição e da avaliação da psicopatia tem sido acompanhada de diferentes enfoques, tanto convergentes em determinados aspetos, como divergentes noutros. Pode afirmar-se que a complexidade deste quadro, obviamente, requer uma avaliação multifacetada, de forma a integrar os elementos clínicos e mais subjetivos, assim como os de caráter mais objetivo, obtidos através do recurso a instrumentos estruturados. Por isso, é imperativo apelar à integração de diferentes instrumentos, técnicas e estratégias de recolha de informação que, no seu conjunto, possibilitem o acesso ao indivíduo portador desta perturbação.

Assim, após ter sido elaborada uma revisão à literatura a respeito da psicopatia e das suas definições e caracterização, procurou-se a criação de uma proposta de avaliação. Para tanto, conciliaram-se a vertente clínica, incluindo observações, recolha da história de vida e exame de estado mental, registados numa estrutura que organiza toda a informação por ordem cronológica, por via da construção do designado biograma. Não obstante, estes elementos revelam-se insuficientes, carecendo do seu cruzamento com outros mais objetivos e obtidos através de instrumentos padronizados, de que se podem destacar a *Psychopathy Checklist* de Hare e o inventário de personalidade *NEO-PI-R*, a que se acrescenta a escala de avaliação da vinculação no adulto, *EVA*. Desta forma, reúnem-se dados que possibilitam uma melhor compreensão do funcionamento destes sujeitos, num esforço de análise integradora.

Palavras-chave: Psicopatia; Comportamento anti-social; Avaliação psicológica; Personalidade.

RELAÇÕES CONJUGAIS NUMA COMUNIDADE CIGANA: A PERCEÇÃO DE VIOLÊNCIA

Sofia Costa (sofiamelocosta@hotmail.com)¹ &
Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)²

¹ Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto

² Universidade Fernando Pessoa

Painel: Perspetiva Jus-Familiar em Situações de Perigo

Resumo

Em Portugal, o conhecimento do grupo étnico cigano é ainda escasso, justificando-se um aprofundamento científico pelo facto de estarmos perante um grupo minoritário e culturalmente distanciado da sociedade abrangente. Assim, parece pertinente indagar sobre os estilos relacionais desta população, nomeadamente em contexto familiar, atendendo-se ao que poderá ser interpretado como comportamento violento nessas relações. De facto, muitas das condutas consideradas como violência conjugal, não são assim interpretadas pelos casais de etnia cigana.

Este poster apresenta os resultados de um estudo, qualitativo, exploratório, descritivo, observacional, transversal, retrospectivo e baseado no autorrelato, em que se procurou perceber as dinâmicas interacionais no casal, a gestão de conflitos e a perceção do que é comportamento violento. O estudo foi conduzido junto de 40 indivíduos de etnia cigana, de diferentes Freguesias do Concelho de Gondomar, e que se encontravam ligados aos serviços prestados pelo Centro Social de Soutelo. Todos os indivíduos constituíam casais de etnia cigana, com uma média de cerca de 31 anos de idade e um número médio de filhos próximo dos 3.

Entre outras conclusões, pôde verificar-se que há uma perceção muito particular de violência, sendo que esses comportamentos assumem diferentes significados em função do género. Foram também encontrados indicadores a respeito das interações conjugais e da definição dos papéis de cada elemento da família cigana. Outros resultados serão interpretados de forma a contribuir para um maior conhecimento destes portugueses, para que melhor se definam estratégias adequadas à integração social desta população.

Palavras-chave: Ciganos portugueses; Dinâmicas familiares; Violência; Integração social.

RELATOS DE CRIANÇAS SOBRE AS VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Telma Catarina Almeida (telma.c.almeida@gmail.com) ¹
Ana Isabel Sani (anasani@ufp.edu.pt) ²
Rui Abrunhosa Gonçalves (rabrunhosa@psi.uminho.pt) ¹

¹ (Universidade do Minho)

² (Universidade Fernando Pessoa)

Introdução: Vários estudos têm demonstrado um elevado número de problemas em crianças que experienciam a violência em seio familiar, sendo o impacto da experiência particularmente relevante quando os conflitos violentos são protagonizados pelos pais (Grych & Fincham, 1990). A violência interparental é uma forma de maltrato à criança, uma vez que a expõe de forma presencial ou não à violência existente entre os progenitores (Alberto, 2010).

Existem também evidências quanto à comum coocorrência entre a violência interparental e os maus tratos à criança (Papadakaki, Tzamalouka, Chatzifotiou, & Chliaoutakis, 2009; Vellemen, Templeton, Reuber, Klein, & Moesgen, 2008). Existe risco acrescido de coexistência de múltiplas formas de vitimização num mesmo contexto familiar quando outras tipologias de violência são já reconhecidas, o que pode agravar a expressão do impacto da exposição da criança à violência entre pais (Richmond, Elliott, Pierce, Aspelmeier, & Alexander, 2009).

Método: Esta investigação explora através da entrevista semiestruturada os relatos de crianças em idade escolar relativamente às suas vivências de violência no lar da família.

Resultados: Constataram-se conotações maioritariamente negativas quanto à experiência da criança em viver com ambos os progenitores, uma vez que foram identificados vários tipos de violência entre si. Associada a estas vivências constaram-se ainda maus tratos também ao menor, sentimentos maioritariamente negativos por parte dos filhos e sintomatologia física relatada por estas crianças.

Conclusão: Perante o já documentado impacto negativo desta problemática na criança, interessa sobretudo compreender de que forma as crianças que se encontram expostas à violência doméstica assimilam este fenómeno nas suas vidas.

Palavras-chave: Perceções; Crianças; Violência doméstica; Impacto.

REPRESENTAÇÕES DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Patrícia Faro (24309@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Violência estrutural e as vítimas de crime

Resumo:

Paulatinamente, e em diferentes conjunturas, o fenómeno da violência doméstica tem vindo a ser objeto de interesse, tanto a nível legal assistindo-se desde 2007 à criminalização de todo o tipo de violência exercida no espaço privado, como o nível social, impondo-se um ajustamento das políticas de intervenção.

Neste poster é nossa intenção analisar e perceber de que forma a justiça portuguesa responde, de facto, às necessidades e expectativas das vítimas de violência doméstica, acedendo para tal aos significados e representações que estas constroem sobre o sistema de justiça criminal. O estudo qualitativo caracteriza-se pela existência de uma amostra de conveniência do sexo feminino, composta por grupos contrastantes, atendendo a diversas variáveis (e.g., parentalidade; fase do processo judicial; contexto de acolhimento). Primeiramente far-se-á um *focus group* e posteriormente entrevistas individuais semiestruturadas, as quais serão gravadas em suporte áudio para posterior análise categorial dos dados obtidos.

Em termos de resultados são esperadas variações nestas representações, de acordo com os grupos amostrais, assim como divergências entre os significados construídos pelas vítimas e o preconizado em termos de intervenção social pelo sistema de justiça criminal (e.g., justiça restaurativa; celeridade na intervenção; carácter vitimador dos procedimentos formais, etc.)

Considera-se que os dados obtidos poderão apoiar uma reflexão fundamentada sobre o modelo de funcionamento do sistema de justiça criminal português no que respeita à intervenção instituída para o problema da violência doméstica, de modo repensar-se as bases para a implementação de um novo paradigma.

Palavras-chave: Criminalização; Violência conjugal; Justiça; Representações.

REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL NA INTIMIDADE

Sónia Caridade &
Carla Machado

Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Resumo: A violência sexual nas relações de intimidade juvenil, ainda que algo marginalizada nos discursos sociais e educativos, tem recebido grande atenção por parte da comunidade científica, especialmente a partir dos anos 80 e 90. Através de um estudo, de carácter qualitativo, procuramos explorar as representações da população juvenil face à violência sexual ocorrida nas suas relações íntimas. Para tal, inquirimos diretamente e de forma aberta uma amostra de 49 jovens sobre estas questões, através de focus-groups. Estes foram realizados com jovens de diferentes níveis de ensino (secundário, profissional e universitários), em cada contexto, tendo sido conduzidos grupos de discussão exclusivamente femininos, exclusivamente masculinos e mistos, num total de nove focus-groups.

De uma forma geral, os participantes concebem a violência sexual e violação, mais em particular, como sendo um tipo de abuso pouco frequente nas relações íntimas juvenis, sendo sobretudo representada como algo que ocorre entre desconhecidos. Se a violação surge representada como o tipo de violência mais severo, outros atos sexualmente abusivos são percecionados como menos graves, entre os quais se inserem a pressão verbal para o ato sexual e a tentativa mas não consumação do ato. Dos discursos dos participantes depreende-se uma certa minimização daquilo que consideram ser formas “menores” de violência sexual, uma censura dos comportamentos femininos que se afastam do padrão convencional (vestir de forma sexualmente apelativa, já ter iniciado a sua vida sexual, consumir álcool), prevalecendo ainda argumentos individualistas, quer de cariz “biológico” e desenvolvimental (curiosidade e/ou “impulsividade” sexual, ausência de informação e/ou in experiência sexual), quer do foro psicológico (patologia, vitimação sexual na infância) na explicação da violência sexual.

Em formato de poster, iremos apresentar os principais resultados deste estudo, procurando igualmente delinear pistas de intervenção/prevenção da violência sexual nas relações de intimidade.

Palavras-chave: representações, violência sexual, intimidade, jovens

REPRESENTAÇÕES DOS MAGISTRADOS SOBRE PARENTALIDADE E DECISÃO JUDICIÁRIA

Maria Luís Machado (5192@ufp.edu.pt),
Daniela Caprichoso (danielac@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Perspetiva Jus-familiar em situações de perigo

Resumo:

As decisões judiciais tomadas no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais em processos de divórcio podem, em alguns casos, ser influenciadas pelas representações dos magistrados em torno da paternidade/maternidade, assim como pela presença de crenças e estereótipos (e.g., de género). Assim, este estudo procurou aceder às perceções dos magistrados sobre parentalidade e perceber se tais representações vertiam influência na decisão judicial.

A amostra de conveniência inclui a participação de seis magistrados (4 Juízes e 2 Procuradores do Ministério Público) com experiência prévia no exercício de funções em Tribunais de Família e Menores no âmbito de processos de regulação das responsabilidades parentais em processos de divórcio. Para a recolha de dados foi elaborado um questionário sociodemográfico e um guião de entrevista semiestruturado, tendo as entrevistas sido gravadas em suporte áudio para posterior análise categorial a partir de uma grelha de análise.

Os resultados apontam no sentido de que não existe um critério pré definido do que é ser-se um bom pai ou uma boa mãe, sendo este um conceito subjetivo, dependendo da criança em concreto, estando muito relacionado com a afetividade e prestação de cuidados. Aspetos valorizados pelos magistrados são a promoção da autonomia, o fomentar o contacto e o vínculo afetivo com o progenitor não residente, assim como a capacidade de respeitar o filho e os seus afetos. Relativamente à existência de crenças e estereótipos, os magistrados reconhecem-nos e, estando conscientes da sua presença, procuram que a sua decisão não seja por eles influenciada.

É importante conhecer e compreender a forma como os decisores judiciais definem e valoram o que é ser um “bom pai/ boa mãe” e de que forma isso se reflete na decisão judicial na regulação das responsabilidades parentais nos processos de divórcio, particularmente naqueles marcados por elevada conflitualidade.

Palavras-chave: parentalidade; decisão judiciária; responsabilidades parentais.

SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL – PERIGO PARA O MENOR

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Perspetiva Jus-Familiar em Situações de Perigo

Resumo

A Síndrome de Alienação Parental (SAP), enquanto constelação de manifestações no menor, mais precisamente, quando é alvo da influência de um dos progenitores contra o outro, em situações de disputa de custódia por parte dos genitores em processo de divórcio, continua a ser o centro de polémicas em que se debatem diferentes pontos de vista. Caracterizada por Gardner na década de oitenta, a SAP foi descrita pelo autor, que observou várias situações com características tão similares quanto estranhas que, indubitavelmente, têm levado a acesas discussões em que se cruzam opiniões contraditórias.

Por isso, este poster partiu de uma revisão bibliográfica para apresentar as características mais proeminentes da SAP, tendo em vista a sua identificação atempada, e expondo, também, algumas das posições antagónicas quanto à sua consideração como uma síndrome. São, ainda, referidas algumas medidas a respeito sinalização e da prevenção destas situações que, sendo consideradas ou não como uma síndrome, acarretam elevado grau de sofrimento, sobretudo nas crianças que a estes processos estão expostas.

O que se pode depreender é que se trata de uma constelação de manifestações que causam dano tão grave quanto profundo e que, independentemente das diferentes posições e das divergentes opiniões, impõem uma atenção especial sobre os menores que vivem estas situações, tantas vezes com consequências irreversíveis.

Palavras-chave: Síndrome de Alienação Parental; Menor; Progenitor; Alienado; Alienante.

SOLICITAÇÕES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ONLINE – UMA ANÁLISE COMPREENSIVA DOS PERFIS DE VULNERABILIDADE

1º autor - Fátima Abreu Ferreira (fatimaabreuferreira@hotmail.com),
Co-autor - Paula Cristina Marques Martins (pccmartins@psi.uminho.pt) &
Co-autor - Rui Abrunhosa Gonçalves (rabrunhosa@psi.uminho.pt)

Universidade do Minho

Resumo

Introdução: Embora a constituição da Internet como uma plataforma de risco à exploração sexual de crianças não constitua uma problemática recente, a expansão e larga adesão de sites destinados a uma socialização virtual vieram inflacionar a preocupação acerca dos riscos aos quais os jovens se encontram expostos aquando da sua navegação na Internet. É com base nesta premissa, e procurando dirigir-nos à necessidade de compreender os perfis de vulnerabilidades dos jovens expostos a este tipo de situações, que desenvolvemos a presente investigação.

Método: Para atingir os nossos objetivos, desenvolvemos um questionário (Avaliação de Vitimização Online), constituído por 78 itens que avaliam características sociodemográficas, comportamentos online, supervisão parental e regras acerca das atividades online, bem como a exposição a solicitações sexuais e seu impacto. Este questionário foi aplicado a uma amostra de 986 jovens dos 10 aos 18 anos em Portugal, 756 em Espanha e 823 no Reino Unido.

Resultados: Os resultados alcançados permitem-nos alcançar alguma luz no que concerne aos perfis de vulnerabilidade dos jovens expostos a este tipo de risco. Constituindo-se como o terceiro risco mais comum na vitimização online, as solicitações sexuais são prioritariamente efetuadas por desconhecidos, sendo que as jovens do sexo feminino, mais velhas e que utilizam a Internet sem supervisão parental, detêm uma maior probabilidade de se depararem com este tipo de situação.

Conclusões: Perante os resultados encontrados é-nos possível concluir que, congruentemente com o que a literatura diz, o sexo feminino encontra-se mais vulnerável a este tipo de situação, sendo que a não monitorização das atividades online contribui de forma direta para o aumento da probabilidade de exposição. É-nos ainda possível inferir que, muito embora o impacto negativo da exposição a este tipo de risco não seja grandemente significativo, as suas consequências numa mente não preparada para lidar com este tipo de situações pode, a longo prazo, revelar-se danoso.

Palavras-chave: Solicitações sexuais, riscos, Internet, Vitimização

STALKING NO CONTEXTO PROFISSIONAL: PREVALÊNCIA EM PSICÓLOGOS CLÍNICOS E FORENSES

Susana Costa (susanacosta87@gmail.com) &
Marlene Matos

Universidade do Minho

A literatura internacional documenta que os profissionais, sobretudo de saúde mental, constituem um grupo de risco para a vitimação por *stalking*. Este trabalho pretendeu (i) aferir a prevalência do *stalking* no contexto de uma relação profissional de apoio, especificamente entre profissionais com formação em Psicologia Clínica e Psicologia Forense/Justiça e (ii) caracterizar as dinâmicas de vitimação por *stalking* nesse contexto. Foi utilizado o IVS – Versão para profissionais de saúde mental (Matos, Grangeia, Ferreira, & Azevedo, 2009 adapt. Costa & Matos, 2011). A amostra foi constituída por 129 participantes, 14 homens e 115 mulheres, com uma média de idades de 29.60 anos (DP=7.43).

O estudo demonstrou que 9.3% dos participantes já experienciaram comportamentos de *stalking* no âmbito da sua prática profissional. As vítimas revelam ser alvo de 2 a 3 comportamentos de *stalking* diferentes, os quais tendem a persistir entre 1 e 6 meses (inclusive). As vítimas identificam como comportamentos de *stalking* mais frequentes as tentativas indesejadas de contacto (83.3%), vigiar (41.7%) e aparecer em locais que costumam frequentar (41.7%). A maioria das vítimas revelam sentir-se um pouco assustadas (75%) com a campanha de assédio persistente, 16.7% assumem-se nada assustadas e 8.3% muito assustadas. Na maioria dos casos, a campanha de assédio persistente tem lugar durante o processo terapêutico/avaliação.

Os dados obtidos resultam numa importante fonte de informação para o conhecimento do *stalking* no grupo dos profissionais de ajuda e, por consequência, num importante contributo e incentivo para o desenvolvimento da compreensão alargada do fenómeno.

Palavras-chave: *stalking*, vitimação, profissionais, assédio persistente.

STALKING OU ASSÉDIO PERSISTENTE

Belarmino Moreira &
Hélder Fernandes (6189@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Vítima e o problema criminal

Resumo

A par da violência física, psicológica e sexual, o Stalking surge como uma forma particular de violência resultante de um processo relacional disfuncional. Enquanto forma de violência, pode ser definido como um padrão de comportamentos de assédio e perseguição, que se traduz em formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização de uma pessoa-alvo. Para além disso, ao prolongarem-se no tempo, estes comportamentos tendem a escalar em frequência e severidade, podendo mesmo associar-se a outras formas de violência.

Neste trabalho pretendemos definir o conceito de Stalking, a sua origem e construção social, bem como identificar a posição legal deste fenómeno no nosso ordenamento jurídico. Desta forma, e através de uma revisão bibliográfica, procurar-se-á apresentar sistematicamente esse conjunto de características, confrontado com a descrição dos resultados de um estudo da perceção do Stalking da população universitária em Portugal. Terminar-se-á com uma análise reflexiva sobre os desafios que o fenómeno do Stalking tem despoletado.

Palavras-chave: Stalking; Assédio Persistente; Reconhecimento; Criminalização.

TRÁFICO DE DROGAS – CRIMINALIDADE E VITIMAÇÃO NUMA COMUNIDADE URBANA

Laura M. Nunes (lnunes@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Investigação Criminal e a Realização da Justiça

Resumo

A presença marcada de ocorrência de crime em certas comunidades urbanas apresenta estreitas ligações a outros fenómenos, como o consumo e o tráfico de drogas. Efetivamente, um dos crimes mais praticados por aqueles que dependem das drogas é o de tráfico de estupefacientes, pelo que em certas comunidades das grandes cidades se pode perceber a frequência e a intensidade com que se pratica esse crime, muitas vezes ombreado por outros não menos presentes nas zonas em que o consumo problemático é muito frequente.

Por isso, este poster apresenta os resultados de um estudo exploratório, observacional, descritivo e com todas as limitações inerentes a uma análise baseada no autorrelato, sobre uma amostra constituída por 244 indivíduos, com idades compreendidas entre os 16 e os 82 anos, todos eles residentes, estudantes ou comerciantes naquela área da cidade do Porto. O estudo visa, essencialmente, captar a perceção dos que se movem diariamente naquela comunidade urbana, a respeito do tráfico de drogas que ali ocorre, bem como a sua ligação às perceções de segurança/insegurança.

Foi possível constatar que a perceção de risco pode não se traduzir em níveis elevados de medo do crime, em resultado da convivência pacífica e diária com o fenómeno. Na verdade, tornou-se mesmo evidente a própria banalização do crime, em virtude da sua presença marcada e recorrente naquela área da cidade.

Palavras-chave: Tráfico de drogas; Criminalidade; Vitimação; Comunidade urbana.

TRAJECTÓRIAS DE CRIANÇAS PAUTADAS PELA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Liliana Soares (liliana_soares@hotmail.com) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças vítimas de violência

Resumo

Nas últimas décadas, a proliferação de investigações científicas focadas no impacto da vitimação indireta no ajustamento da criança tem contribuído para a desconstrução das barreiras que sustentavam a invisibilidade deste flagelo social (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Jaffe, Wolfe, Wilson, 1990; Øverlien, 2010). Torna-se pertinente enfatizar a riqueza e proficuidade da investigação de cariz qualitativo, uma vez que através desta abordagem é possível, segundo uma visão holística, aceder aos significados que os indivíduos atribuem às suas trajetórias de vida (Fonte, 2006).

Neste poster apresentaremos um estudo comparativo cujo objetivo foi analisar as perceções de crianças expostas à violência interpARENTAL, no que concerne à representação de si mesmas, da violência, da mãe e respetivas práticas educativas maternas, confrontando-as com as perceções das mães sobre a experiência de vitimação das suas crianças. Para o efeito adotámos uma metodologia e um método qualitativos, tendo-se constituído uma amostra de conveniência composta por 12 sujeitos (6 crianças expostas à violência interpARENTAL, com idades entre os 6 e os 10 anos, e respetivas mães). Todos os participantes foram sujeitos a uma entrevista semiestruturada em profundidade (Olabuénaga, 2012), as quais foram gravadas em áudio para posterior análise dos dados de acordo com os preceitos da Grounded Analysis (Strauss & Corbin, 1998).

Quanto aos resultados, esperámos apreender o impacto negativo da experiência de exposição à violência a partir das representações evidenciada pelas crianças, as quais julgamos não corresponder necessariamente ao evidenciado pelas progenitoras.

Assim, pretendemos reforçar a contínua investigação para consciencialização nos discursos sociais e científicos sobre a extensão e severidade do fenómeno em epígrafe, que, apesar de ainda hoje ser pouco aprofundado no plano nacional, tem vindo a ser cada vez mais associado a uma panóplia de consequências psicológicas, físicas, sociais, emocionais, comportamentais e académicas.

Palavras-chave: Crianças, Trajectórias, Violência Interparental, Percepção

TRATAMENTO DE AGRESSORES DOMÉSTICOS: RESULTADOS PRELIMINARES DA APLICAÇÃO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO COM AGRESSORES CONJUGAIS

Olga Cunha, Filipa Costa (olgacunha27@hotmail.com) &
Rui Abrunhosa Gonçalves

Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Painel 1: “Violência estrutural e as vítimas de crime”

Nos últimos anos, ocorreram um conjunto de mudanças no panorama jurídico Português, quer no âmbito da responsabilidade penal, quer ao nível da prevenção da violência doméstica e proteção à vítima. A legislação e os vários planos nacionais contra a violência doméstica vieram igualmente realçar a premência de atuação junto do agressor. Com base nestas premissas, foi desenvolvido o Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais - PPRIAC, destinado a indivíduos perpetradores de violência em relações íntimas. O programa adota um modelo de intervenção aditivo (multinível e multimodal) e é composto por 24 sessões, 6 individuais e 18 grupais, com uma periodicidade semanal e uma duração de 6 meses. Os objetivos do programa são o término do comportamento abusivo, a promoção de competências pessoais, sociais e comunicacionais, a promoção de relações íntimas saudáveis e a modificação das crenças legitimadoras do uso da violência contra as mulheres. O grupo de intervenção foi constituído por 8 homens agressores, avaliados em três momentos distintos da aplicação do programa (pré-teste, pós-teste intermédio, pós-teste final) com recurso ao Inventário de Violência Conjugal (IVC), à Escala de Crenças de Violência Conjugal (ECVC), ao Inventário Breve de Sintomas (BSI), ao Inventário de Resolução de Problemas (IRP) e à Escala de Autoestima de Rosenberg (RSES). Resultados preliminares indicaram que indivíduos submetidos ao programa de intervenção revelaram mudanças significativas: redução significativa dos comportamentos abusivos e das crenças legitimadoras do uso da violência contra as mulheres, redução da sintomatologia psicopatológica e melhorias significativas na capacidade de resolução de problemas, estratégias de coping e autoestima. Em suma, os dados sugerem que programas específicos para agressores conjugais produzem resultados positivos ao nível da redução da violência e da aquisição de competências pessoais e sociais, o que poderá significar uma redução do risco de reincidência.

Palavras-chave: programa de intervenção, intervenção em grupo, agressor conjugal, mudança.

VIDAS EM RISCO: CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

Joana Ferreira (18296@ufp.edu.pt),
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt) &
Marlene Fonseca (marlenefonseca@apav.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças vítimas de violência

Resumo

A violência no contexto da família abarca uma diversidade de alvos, múltiplas ofensas e formas de vitimação direta e indireta, nem sempre motivo de uma idêntica preocupação social, interventiva ou de investigação. A literatura na área da vitimação infantil tem demonstrado que a mera exposição à violência pode ocasionar um impacto negativo, evidente a curto, médio ou a longo prazo, sendo as crianças particularmente vulneráveis, sobretudo se o problema for intrafamiliar e envolvendo figuras de vinculação.

Partindo da análise de dados estatísticos cedidos pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), versando sobretudo processos da vítima em contexto familiar, referenciados ao GAV do Porto, partimos à reflexão sobre o risco a que estão expostos inúmeros menores que residem em agregados violentos.

Esta análise versará sobre algumas das variáveis presentes no processo individual da vítima tais variáveis mais de caracterização sociodemográfica como sexo, idade, estado civil, tipo de família; variáveis relativas à ofensa como tipo de vitimação, tipo de crimes, autor do crime, relação com o autor do crime, local do crime vitimação presenciada por menores, recurso a arma e se necessário o recurso ao descritivo presente no fim do processo.

Na discussão dos dados recolhidos, mais de que preocupação em discutir-se dados estatísticos está a necessidade de alertar para a extensão das cifras negras produzidas anualmente quando nos referimos à vitimação vicariante de menores em contexto da família, que embora por vezes oculta, existe indubitavelmente e assume em vários casos contornos de um risco muito elevado não só para o ajustamento global do menor, como para a sua própria vida.

Palavras-chave: Crianças, Vítimas, Violência interparental, APAV

VIOLÊNCIA NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO DE CASO

Paula Isabel Santos (psantos@ufp.edu.pt) &
Dina Gomes (dina.i.v.gomes@sapo.pt)

Universidade Fernando Pessoa Porto

Este trabalho centra-se num caso clínico acompanhado por nós em clínica com o qual pretendemos lançar um alerta para outros casos que este poderá refletir, sendo que em última instância se trabalha a prevenção da violência na terceira idade.

Trata-se de um senhor de 71 anos que sofre da demência de Alzheimer, ao qual daremos o nome senhor João (nome fictício) que vivia com a única filha de 45 anos, a qual ficava com a sua reforma (cerca de 1800 euros). À visita de uma sobrinha segue-se um encaminhamento do senhor João para a clínica privada, no sentido de realizar uma avaliação psicológica, pois a sobrinha estranhou as várias escoriações que o senhor apresentava. Realizada esta, todos os dados obtidos levaram a suspeitar que o senhor sofria de maus tratos por parte do cuidador principal. Paralelamente ao encaminhamento para as entidades competentes no âmbito dos maus tratos, seguiu-se o acompanhamento psicológico com o objetivo da estimulação cognitiva.

Palavras-chave: Idosos, maus tratos, estimulação cognitiva.

VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS JUVENIS

Madalena Sofia Oliveira (madalena@ufp.edu.pt) &
Ana Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

Painel: Crianças vítimas de violência

Resumo

A compreensão da violência nos relacionamentos íntimos, desde cedo foi pautada por explicações de cariz individual, sendo sobretudo apontadas características de natureza biológica e psicológica como podendo estar na origem das disfuncionalidades nas relações. No entanto, segundo Bandura (1986) a partir da *Teoria da Aprendizagem Social* a maior parte dos comportamentos humanos aprendidos é adquirida através da instrução directa e da observação dos comportamentos de outras pessoas. Ainda, o *Modelo Riggs e O'Leary* (1989) sobre a violência nas relações íntimas considera que os comportamentos aprendidos através da observação e imitação dos outros são depois mantidos através de diferentes reforços: contextuais e situacionais. Assim, são várias as explicações avançadas para compreender o fenómeno.

O estudo apresentado compreende uma amostra de 1488 jovens, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos, contactada aleatoriamente em estabelecimentos de ensino secundário e profissional dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana de Vila Real. Na concretização deste estudo esteve a utilização do Inventário de Violência Conjugal (Machado, Matos & Gonçalves, 2000).

Após caracterizados os comportamentos de violência (vitimação e agressão) nas relações de namoro dos jovens verificamos que o perfil de agressão encontrado inclui atos emocionalmente e fisicamente abusivos. Dos estudantes que participaram neste estudo 23% afirma ter sido vítima de violência por parte do seu parceiro e 20% assume ter tido comportamentos abusivos para com o seu parceiro/a.

Os resultados apresentados sugerem, ainda, uma relação entre o experienciar violência na família de origem e a ocorrência de comportamentos abusivos nas suas relações de namoro.

Palavras- chave: violência, jovens, agressão, vitimação.

VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ÍNTIMO EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS: PREVALÊNCIA E DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS

Ana Loureiro, master (ana_loureiro6@hotmail.com)
Cristina Antunes, PhD. (mantunes@utad.pt)

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Resumo

A violência no contexto íntimo em jovens universitários é uma problemática atual e pertinente. A violência nas relações de intimidade é um problema de saúde pública, para o qual a maioria da população não se encontra devidamente sensibilizada. Este é um problema complexo, pois refere-se à violência por parte de alguém que supostamente deveria amar, respeitar e proteger o outro e que, inversamente, se torna no pior inimigo. Os intervenientes na relação emaranham-se numa teia de amor e ódio, acreditando que tudo irá melhorar com o tempo. Contudo, os dados da investigação revelam que 25% dos jovens entre os 15 e os 25 anos já foram vítimas de violência na relação de namoro (Machado, Matos & Martins, 2008). A presente investigação teve como objetivos, estudar a prevalência da violência nas relações de intimidade em jovens universitários com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos de idade, e as diferenças entre géneros no que respeita aos comportamentos de vitimação e agressão. Participaram neste estudo 341 estudantes universitários portugueses de vários cursos e diferentes anos. Para a recolha de dados foi utilizada a Escala de Táticas de Conflitos Revisada (CTS2). Os Resultados revelam que 1.2% de jovens sofreram ou sofrem abusos na relação de intimidade e que 1.2% já perpetraram violência. São os homens que mais usam a negociação emocional na resolução de conflitos bem como a coerção sexual ligeira. Relativamente a comportamentos por parte do companheiro/a, são também os homens que mais afirma ser vítima de agressão psicológica, abuso físico sem sequelas ligeiro e severo e coerção sexual ligeira. Conclui-se que a vitimação e a perpetração encontram-se associadas, pois ambos os géneros se afirmam como vítimas e agressores. O recurso á violência parece usual para a resolução de conflitos que surgem na relação.

Palavras-chave: Violência na Intimidade; Diferença entre géneros; Jovens Universitários;

VIOLÊNCIA, (NA) FAMÍLIA E DESAJUSTAMENTO SOCIAL: ESTUDO DE CASO

Paula Isabel Santos (psantos@ufp.edu.pt) &
Cristina Ferreira (crisferreira232@gmail.com)

Universidade Fernando Pessoa

Será apresentado um estudo de caso sobre uma senhora de 35 anos, vítima de maus tratos por parte do marido durante cerca de duas décadas. Este caso parece ilustrar que nem sempre a família cumpre o seu papel de protetora, sendo no seio desta que por pois soubemos que se cometem e se sofrem as maiores atrocidades. A referida paciente havia já assistido a cenário idêntico em casa dos seus pais, ao visionar impiedosamente o seu pai, consumidor problemático de álcool, a agredir a sua mãe. Eventualmente este quadro familiar, “obrigou-a” a casar muito jovem, com 15 anos, imaginando estar a proteger-se da situação disfuncional que vivenciava, acabou por vê-la repetida, desta vez na primeira pessoa, tendo sido vítima de maus tratos por parte do marido, também ele consumidor de álcool, 3 dias após o casamento.

Esta situação foi sendo consentida pelas fragilidades socioeconómicas que a senhora apresentava. Este caso a nosso ver, parece ilustrar como uma família disfuncional é muitas vezes a raiz de sofrimento e desajustamento social.

Palavras-chave: Família, disfuncionalidade, violência, transgeracionalidade e álcool.

VITIMAÇÃO EM *CAMPI* UNIVERSITÁRIOS: PERFIS

Filipa Costa & Marlene Matos (filipaalvescosta@hotmail.com)

Universidade do Minho

Painel: Painel 1 (“Violência Estrutural e as Vítimas de Crime”)

Resumo

A investigação internacional sobre a vitimação em *campi* universitários tem-se dedicado ao estudo da prevalência de criminalidade neste contexto específico. O presente estudo teve como objetivos captar a prevalência de vitimação criminal no ano letivo 2009/2010, junto dos seus utilizadores (alunos, professores e *staff*) nos *campi* da Universidade do Minho. Simultaneamente procurou analisar os perfis dos intervenientes (vítimas e ofensores) Para tal, foi construído o inquérito *Campi Universitários (UM): Vitimação Criminal e Perceção de (In) Segurança* (Costa, Matos & Mendes, 2011) administrado a uma amostra de 1001 participantes.

Os resultados documentam que 10.3% dos participantes foram alvo de pelo menos, um episódio de vitimação criminal nesse ano e que 14.8% observou vitimação criminal contra terceiros (bens ou pessoas) nos *campi* universitários da UM. O crime de injúria foi simultaneamente o mais experienciado e observado. A vítima de crime foi tipicamente do sexo feminino, de nacionalidade portuguesa, jovem adulta, solteira, estudante e com escolaridade superior, à exceção das vítimas do crime de coação, as quais apresentam algumas especificidades diferenciadoras: adulto, com união civil formalizada e não aluno. O ofensor foi habitualmente, descrito pelas vítimas como sendo do sexo masculino, desconhecido (à exceção do crime de coação, no qual é conhecido das vítimas) e que não recorreu a armas durante o episódio criminal.

Palavras-chave: Tipologia criminal; vitimação criminal; *campus* universitário; perfis.



ISBN: 978-989-20-3013-5